

ESCOLA PARTICULAR

siesp

• ANO 19 • Nº 214
JANEIRO DE 2016

PUBLICAÇÃO MENSAL DO SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO ESTADO DE SÃO PAULO



ENSINO SUPERIOR

Expansão e carências





imprensa@sieeesp.com.br

DIRETORIA

Presidente

Benjamin Ribeiro da Silva
Colégio Albert Einstein

1º Vice-presidente

José Augusto de Mattos Lourenço
Colégio São João Gualberto

2º Vice-presidente

Waldman Biolcati
Curso Cidade de Araçatuba

1º Tesoureiro

José Antônio Figueiredo Antório
Colégio Padre Anchieta

2º Tesoureiro

Antônio Batista Grosso
Colégio Átomo

1º Secretário

Itamar Heráclio Góes Silva
Educ Empreendimentos Educacionais

2º Secretário

Antônio Francisco dos Santos
Colégio Novo Acadêmico

DIRETORES DE REGIONAIS

ABCDMR

Oswana M. F. Fameli - (11) 4437-1008

Araçatuba

Waldman Biolcati - (18) 3623-1168

Bauru

Gerson Trevizani - (14) 3227-8503

Campinas

Antonio F. dos Santos - (19) 3236-6333

Guarulhos

Wilson José Lourenço Júnior - (11) 4963-6842

Marília

Luiz Carlos Lopes - (14) 3413-2437

Ribeirão Preto

João A. A. Velloso - (16) 3610-0217

Osasco

José Antonio F. Antório - (11) 3681-4327

Presidente Prudente

Antonio Batista Grosso - (18) 3223-2510

Santos

Ermenegildo P. Miranda - (13) 3234-4349

São José dos Campos

Maria Helena Baeza - (12) 3931-0086

São José do Rio Preto

Genira Blanco Fernandes Lujan - (17) 3222-6545

Sorocaba

Edgar Delbem - (15) 3231-8459

JANEIRO DE 2016

Editor

Adhemar Oricchio - MTB 8.171

Repórteres

Gisele Carmona
Ygor Jegerow

Assessoria de Imprensa e

Produção Editorial

Editor-chefe: Adhemar Oricchio

Editor gráfico: Balduino Ferreira Leite

Site: Gisele Carmona

Redes Sociais: Ygor Jegerow

Impressão: Companygraf

Colaboradores

- Ana Paula Saab • Antonio Higa
- Carlos Alberto Nonino
- Clemente de Sousa Lemes
- Ivaci de Oliveira • Jocelin de Oliveira
- José Maria Tomazela • José Rodrigues
- Ulisses de Souza

www.sieeesp.org.br

Av. das Carinás, 525 - São Paulo - SP
CEP 04086-011 - (11) 5583-5500

4

Matéria de Capa

Ensino Superior – Expansão e carências

12

Financeiro

Atenção: Operações financeiras são monitoradas pela Receita Federal

14

Informática

Como saber se a criança tem problema fonoaudiológico?

16

Saúde

Quais são os primeiros sinais do autismo numa criança?

18

Inclusão

Escola não é clínica

20

Flexibilização Curricular

Educação Inclusiva: Os desafios na hora de pensar em flexibilização curricular

24

Jornada Regional

Momento atípico leva sindicato a se reunir novamente com mantenedores este ano

28

Bullying

Combate ao “Bullying” agora é lei!

30

Ensino

O medo da reprovação escolar

32

Bett Brasil Educar

Melhor escola, melhor sociedade

36

Formação

A subjetividade na formação de educadores: sentidos do aprender e do ensinar

38

Escola Legal

Vale a pena ser uma “Escola Legal”

40

Cyberbullying

Professores vitimados pelo cyberbullying

44

Sociedade

Brasileiro não é racista. Verdade?

46

Jurídico

Balanco e recomeço

48

Educação Sexual

A escola frente as várias configurações de família

50

Gestão Educacional

GEduc 2016 – Superando desafios

52

Obrigações

54

Cursos

Benjamin
Ribeiro da Silva
Presidente do Sieeesp



benjamin@einstein24h.com.br

Brasil, Pátria Educadora?

Ao tomar posse, em seu segundo mandato, a presidente Dilma Rousseff criou o slogan “Brasil – Pátria Educadora”, afirmando que a educação seria a prioridade das prioridades, reafirmando o compromisso de buscar, em todas as ações do governo, um sentido formador, uma prática cidadã, um compromisso de ética e um sentimento republicano. Mas, passados alguns meses, o que se vê é que mais da metade das crianças permanecem analfabetas ao fim do 3º ano do ensino fundamental, segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2015, apresentado em novembro para a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados pela diretora executiva da entidade da sociedade civil Todos pela Educação, Priscila Cruz. Esta é a quarta edição do anuário e a primeira após a promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em junho de 2014.

Para se ter ideia de como são tratados os assuntos de educação no Brasil, em cinco anos de governo foram trocados seis ministros da pasta, três somente neste último ano do segundo mandato. Isso mostra claramente o desinteresse com a continuidade das ações do segmento educacional. Há muitos anos resolveu-se adotar uma política de Governo e não de Estado para o setor, impedindo

que se realize um planejamento estratégico. Discute-se muito o quanto gastar, mas sem uma base efetiva de trabalho.

O PNE, exaustivamente debatido, demorou muito tempo para ser aprovado, impondo um desafio muito grande para os próximos dez anos, pois, para alcançar as 20 metas estipuladas, será necessário investir mais recursos na infraestrutura da rede pública de ensino, além de ampliar o acesso à escola e melhorar a formação e qualificação profissional da educação, entre outros desafios. Mas, o primeiro setor afetado pela crise econômica e política foi o da Educação, que sofreu corte no orçamento de R\$ 9,42 bilhões, o terceiro maior do governo. Como se vê é uma das sérias contradições do governo atual.

Muitas promessas, feitas em campanha, deixaram de ser cumpridas, trazendo incertezas e frustrações na imensa maioria dos jovens brasileiros. Inicialmente a educação básica foi deixada de lado, em detrimento de duas bandeiras do governo Dilma Rousseff, o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico) e o financiamento estudantil (Fies). Mesmo essas prioridades foram prejudicadas devido a falta de recursos. Sem contar as bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Ciência sem Fronteiras.

**Muitas promessas,
feitas em
campanha,
deixaram de
ser cumpridas,
trazendo incertezas
e frustrações na
imensa maioria dos
jovens brasileiros**

O setor de creches também foi duramente atingido pelo não cumprimento das promessas. Por lei, o país deveria ofertar vagas em creches para 50% das crianças até 3 anos de idade. A meta constava do último PNE, que vigorou até 2010. Atualmente, o país atende a 27,9% das crianças nessa faixa de idade. Outra área que merece atenção é a alfabetização, pois, segundo dados de 2013, últimos disponíveis, o Brasil possuía 13 milhões de analfabetos.

O “Brasil – Pátria Educadora” ainda está no discurso. É necessário mais planejamento e ação para transformar o Brasil no país das oportunidades, principalmente aos mais jovens.

ENSINO SUPERIOR

Expansão e carências

Chegamos ao fim da série *Os Rumos da Educação Brasileira* e, para finalizar o assunto abordando todos os temas que geram dúvidas em nosso país, o educador Eugênio Cunha fala um pouco sobre o ensino superior e suas dificuldades no Brasil.



Atualmente, o ensino superior tem sido objeto de discussão com grande frequência. De fato, isso ocorre, sem exceção, em toda a educação. A universalização do acesso à educação básica, o aumento de oportunidades para que todos possam estudar na idade certa, políticas de inclusão escolar e social, as exigências de trabalhadores mais qualificados e diversas demandas da sociedade contemporânea são fatores que têm obrigado os governos a se adequarem aos novos tempos.

O papel das Instituições de Ensino Superior (IES), cada vez mais ganha importância diante da globalização que intensificou a demanda pela busca de conhecimento, diante da evolução científica do último século. Assim, o acesso ao ensino superior significa para os jovens

um grande passo para a aquisição de trabalho digno e para a inclusão social.

No Brasil, como em outros países, o processo do conhecimento está profundamente vinculado à instrução escolar e, o seu nível mais eminente, sem dúvidas, é o ensino superior. É natural que seja o alvo dos estudantes que querem continuar seus estudos. Porém, ele continua sendo um destino muito difícil para a maioria dos jovens brasileiros, principalmente para os egressos das escolas públicas. Se a educação é direito de todos, o Estado deveria, na prática, propiciar ações que permitissem o acesso mais frequente de toda as camadas sociais às universidades brasileiras.

O artigo 205 da Constituição Federal diz que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será pro-

movida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Diante disso, segundo o mesmo artigo, o ensino será ministrado com base nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideais e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino e, por fim, ressalta a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Vemos, no entanto, que para alunos que estudam em escolas públicas, o ensino superior se torna restritivo, devido, principalmente, às carências das escolas oficiais nos ensinos fundamental e mé-

No Brasil, como em outros países, o processo do conhecimento está profundamente vinculado à instrução escolar e, o seu nível mais eminente, sem dúvidas, é o ensino superior

freemages

dio. São muitos os problemas debatidos constantemente entre especialistas e apontados pelos docentes. Os professores demonstram a vulnerabilidade do seu trabalho, bem como reconhecem a precarização das condições de ensino. Sentem-se abandonados pelo poder público que elabora as políticas de universalização e democratização, mas não fornecem as condições elementares para que elas se efetivem em sala de aula.

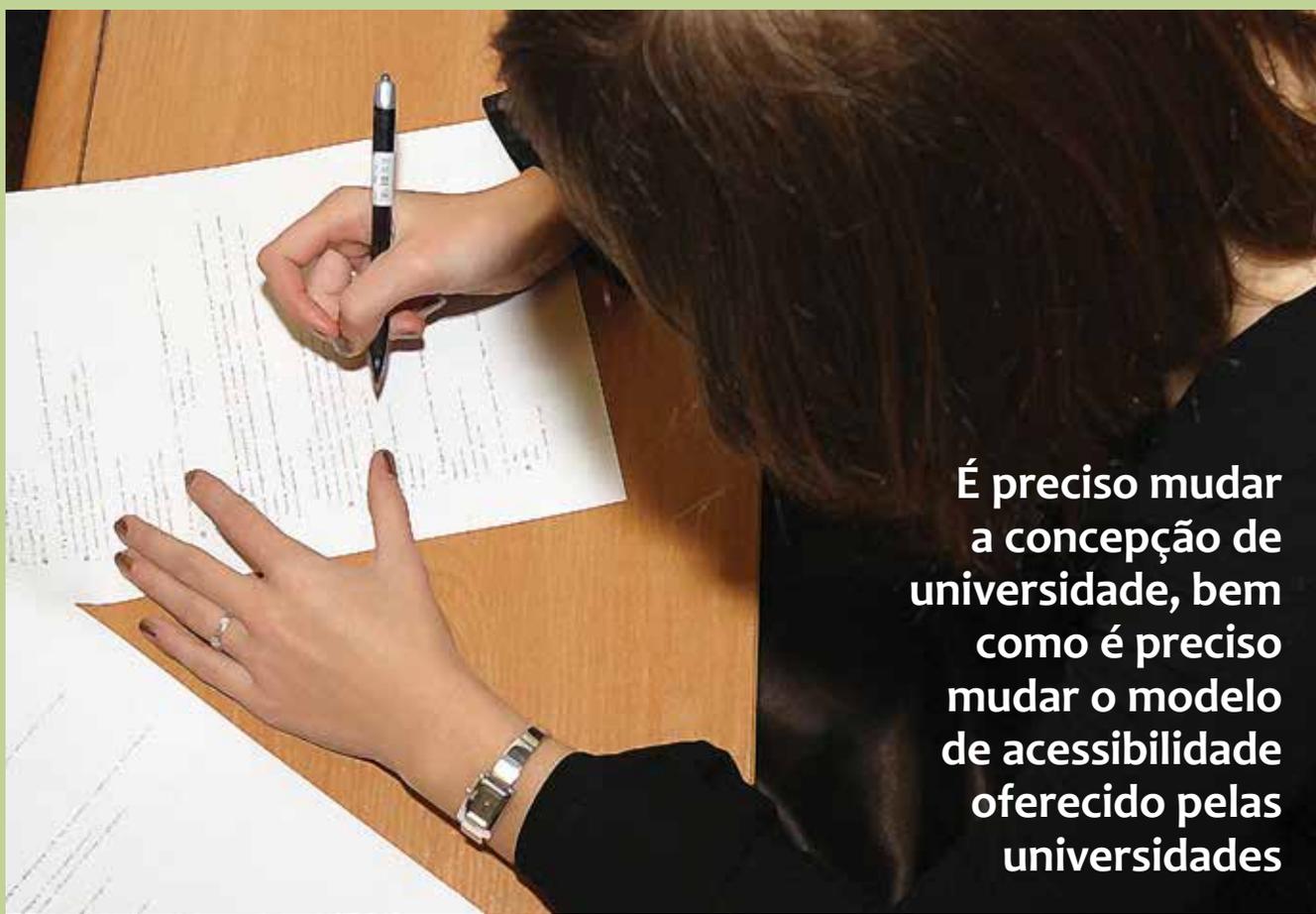
Assim, os estudantes de escolas públicas, que representam a maioria dos estudantes do ensino médio, passam a representar uma minoria no ensino superior. Já os egressos das escolas privadas contam com maior preparação da rede de ensino, que permite o acesso às universidades públicas com maior facilidade. Dessa forma, o alunado da educação pública

perde o seu direito ao ensino gratuito. O que se vê, então, são as IES privadas fazendo a inclusão no ensino superior, ao possibilitar à população mais carente o acesso e a permanência.

Para alguns autores, como Ortega (2001), o acesso ao ensino superior brasileiro está mais relacionado à preparação dos alunos por parte de suas escolas do que ao processo seletivo em si. Assim, as escolas particulares estariam mais interessadas em preparar seus alunos para as boas universidades públicas, enquanto as escolas públicas não disponibilizam condições necessárias para o ingresso dos seus estudantes. A autora destaca que os principais benefícios dos alunos de escola particular são: a) o fato de estarem previamente decididos a se inscreverem nos vestibulares a fim de

tentar o ingresso; b) o fato de estarem informados sobre os vestibulares de diferentes universidades; c) o fato da estrutura educacional pública básica não incentivar seus alunos a tentar o ingresso nas universidades; d) as vantagens econômicas e sociais, consequentes da desigualdade social, que estes alunos dispõem.

Por outro lado, muitos são os fatores que contribuem para a precarização da educação nas escolas públicas, tais como: infraestrutura, material de apoio didático, segurança nas escolas, motivação discente e docente, remuneração e atualização de profissionais da área. Essas situações aumentam a distância para as condições dos alunos da rede privada, diminuindo sensivelmente as possibilidades de os estudantes das escolas públicas ingressarem no ensino >>>



freemagés

É preciso mudar a concepção de universidade, bem como é preciso mudar o modelo de acessibilidade oferecido pelas universidades

superior público. Tais situações servem ainda como desestímulo para o aluno, provocando a evasão escolar. Pesquisa recente da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que o maior motivador para o abandono do aluno no ensino médio é a falta intrínseca de interesse (40,3%), seguido por trabalho e geração de renda (27,1%), dificuldade de acesso (10,9%) e outros motivos (21,7%).

Vê-se, então, que apesar de todas as transformações ocorridas nos últimos anos, que possibilitaram mudanças quanto ao acesso a informações, com o advento das novas tecnologias digitais e da revolução tecnológica promovida por novas formas de comunicação, poucas foram as mudanças estruturais nas universidades. É preciso mudar a concepção de universidade, bem como é preciso mudar o modelo de acessibilidade oferecido pelas universidades, para suprir as demandas existentes na sociedade contemporânea e permitir que o ensino superior esteja acessível à população mais carente.

As dificuldades para a aquisição de um diploma no ensino superior ficam ainda mais claras diante de alguns dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mostrando que a proporção de alunos que conseguem terminar a faculdade em

relação aos que entram é de apenas 36%. A pesquisa mostra que cada vez menos alunos se formam em relação aos estudantes que ingressam no ensino superior.

É facilmente presumível que essa proporção pode aumentar, em razão da crise econômica que atravessamos e depois que estudantes enfrentaram problemas com as novas regras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), obrigando algumas instituições privadas a investirem em alternativas para atender os alunos.

Expansão e exclusão no ensino superior do Brasil

O ensino superior no Brasil organizou-se de forma isolada e profissionalizante. No século XIX, era elitista e só atendia aos filhos de família abastadas, que não podiam estudar na Europa. Com a vinda da Família Real para o Brasil, foi criado em 18 de fevereiro de 1808, o Curso Médico de Cirurgia na Bahia e, em 5 de novembro do mesmo ano, foi instituída, no Hospital Militar do Rio de Janeiro, uma Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica. Outros atos foram sancionados e contribuíram para a instalação, no Rio de Janeiro e na Bahia, de dois centros médico-cirúrgicos, matrizes das atuais Faculdades de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da

Universidade Federal da Bahia (UFBA). No século XX, foram criadas a Universidade de Manaus, em 1909, a Universidade de São Paulo, em 1911 e a Universidade do Paraná, em 1912, como instituições livres (FÁVERO, 2006).

Em 1920, surge a Universidade do Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, que reunia os cursos superiores da cidade. A partir de 1930, temos o processo de industrialização no Brasil, que fomentou uma concentração cada vez maior da população nos centros urbanos, o que contribuiu para um nível maior de exigência quanto à formação educacional dos brasileiros. Na região sudeste, ocorreu uma demanda maior para o ensino superior.

No governo de Getúlio Vargas, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, cujo primeiro ministro, Francisco Campos, elaborou uma reforma educacional, por meio de ações inspiradas na Revolução de 1930. Dentre essas ações, o Decreto número 19.851, de 11 de abril de 1931 – Estatutos das universidades brasileiras – dispunha acerca da organização do ensino superior, instituindo o regime universitário. Em 25 de janeiro de 1934, foi instituída a Universidade de São Paulo, mais como produto de um projeto político e ideológico e menos como resultado de iniciativas educa- >>>



cantinasdotiojulio.com.br
cantinasdotiojulio@ig.com.br
facebook.com/cantinas.tiojulio



VOCÊ NÃO CONHECE?

cionais. De fato, nesse período, havia conflitos relacionados à resistência da elite paulista ao governo central no Rio de Janeiro. A universidade surge com o objetivo de formar as elites intelectuais e dirigentes do país.

No período Vargas, a chamada “Lei Orgânica” do ensino profissional criou dois tipos de ensino no país: um ligado ao sistema oficial do governo e outro mantido pelas empresas, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Já os cursos mantidos pelas empresas deveriam atender os alunos de baixa renda que procuravam se especializar em uma profissão. Nota-se já nesse período, uma nítida divisão de classes sociais. Assim, as escolas oficiais eram mais procuradas pelas camadas desejosas de ascensão. A dualidade no sistema de ensino fez com que o acesso à universidade das camadas mais pobres da população se tornasse extremamente difícil, transformando o sistema educacional em um sistema de discriminação social.

É preciso salientar o histórico de exclusão, há tempos vigente no ensino superior. É preciso salientar, também, fatos positivos dessa época, tais como a criação do Ministério da Educação e Saúde na tentativa de construir um sistema nacional público de ensino, possibilitando, ainda, a Reforma Universitária, com a criação e padronização do sistema universitário público federal.

As décadas de 50 a 70 foram prolíferas na criação de universidades federais em todo o Brasil. Foram criadas, ainda, universidades estaduais, municipais e particulares. Tal situação foi incrementada, em grande parte, pela descentralização do ensino superior, franqueada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961.

Durante os anos 70, o número de matrículas subiu de 300.000 (1970) para um milhão e meio (1980). Como no período Vargas, a concentração urbana e a exigência de melhor formação para a mão-de-obra industrial e de serviços forçaram o aumento do número de vagas. Dessa forma, o Governo Federal, impossibilitado de atender a demanda por formação, permitiu que o Conselho Federal de Educação aprovasse diversos de IES privadas.

Porém, a grande demanda por ensino, o aumento expressivo de instituições sem adequado planejamento e as carências para a formação de professores, não só para o ensino superior, mas também para a educação básica, resultaram numa queda da qualidade na educação. Nesse período, foi instituída a política de ensino profissionalizante nas séries do segundo grau, que obrigava os estudantes das escolas públicas a optarem apenas por



O acesso ao ensino superior é realizado por meio de processos seletivos

uma matriz curricular que visava preparar para o trabalho e não para a universidade, pois não continha disciplinas essenciais para o vestibular, dificultando, mais uma vez, o acesso das camadas mais pobres ao ensino superior. A reforma do ensino foi promulgada em 11 de agosto de 1971 e fixou as diretrizes e bases para a educação nacional. Essa lei foi idealizada, aprovada sem emendas e publicada durante o governo militar, revogando diversos artigos da Lei n.º 4.024.

A justificativa era de que havia necessidade de preparar os estudantes para o mundo do trabalho, caso não fossem admitidos no concurso vestibular. Após a publicação da lei, todos os estabelecimentos de ensino de segundo grau, públicos ou privados, deveriam oferecer o ensino profissionalizante. De fato, a reforma educacional foi uma maneira de conter o número de alunos que ingressariam no ensino superior, por razões políticas e, também, porque com o aumento de vagas nas escolas, devido às demandas econômicas da época, a tendência seria o aumento do número de estudantes que tentariam cursar o ensino superior, que não oferecia vagas suficientes para todos. Para os alunos das escolas públicas, a obrigatoriedade do ensino profissionalizante tornou-se a opção mais comum oferecida para eles.

Mais uma dificuldade de acesso ao ensino superior enfrentada pelos estudantes das camadas mais pobres.

Para as escolas que não ofereciam educação profissionalizante, o principal papel era o de preparar jovens da elite econômica e de classes médias em ascensão para às universidades públicas. Eram escolas seletivas, com exigentes avaliações de ingresso, que selecionavam com rigor seu corpo discente. Mesmo assim, para o acesso ao antigo ginásio, que hoje corresponderia à quinta série do ensino fundamental, havia exame de admissão. Era comum o aluno se preparar durante um ano inteiro num curso de admissão, para depois vencer as barreiras de acesso para as séries subsequentes. Era uma seleção de alunos de alto desempenho.

A década de 80 foi marcada pela instabilidade econômica e a inflação, impactando negativamente o ensino superior. No ano de 1985 ocorreu a abertura democrática, com o fim do regime militar. A Constituição de 1988 assegurou a participação da iniciativa privada no ensino superior e previu a destinação de recursos públicos às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definindo as atividades universitárias como de ensino, pesquisa e extensão.

Houve a expansão do segmento público e privado sem, contudo, haver



freemages

articulação entre eles, fato comum ainda hoje em dia, principalmente no que tange aos conteúdos ensinados nas distintas universidades, faculdades e centros universitários no país.

A criação do Plano Real possibilitou a estabilização da economia e, consequentemente, permitiu melhoras quanto ao nível de escolarização da população. Dessa forma, com o crescimento do número de matrículas no ensino médio e a estabilização da economia, surgiram maiores condições para a consolidação da expansão do ensino superior no Brasil, que contou, ainda, com um maior acesso às universidades das classes de menor poder aquisitivo.

Há no Brasil, hoje em dia, uma educação superior com instituições públicas (federais, estaduais e municipais) e privadas (concessionárias, particulares, comunitárias e filantrópicas). O acesso ao ensino superior é realizado por meio de processos seletivos, como o Enem e os vestibulares isolados, que avaliam conhecimentos comuns do ensino médio. As IES oferecem cursos de graduação com formação em bacharelado e licenciatura, além de formação tecnológica. Também faz parte desse nível de ensino a pós-graduação, que compreende programas de mestrado, doutorado e cursos de especialização. As universidades

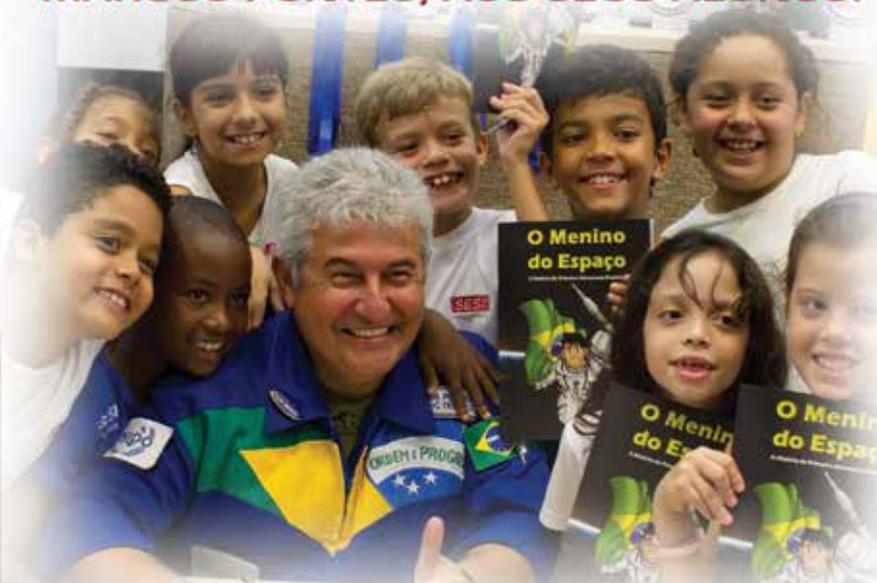
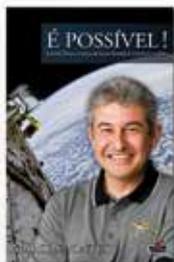
gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Questões atuais

Segundo dados do Inep, em 2013, o Brasil alcançou 7.305.977 estudantes matriculados no ensino superior, que representam 268.289 matrículas a mais que em 2012, obtendo um crescimento de 3,8%. Deste total de graduandos, 5,3 milhões (73,5%) estão nas instituições particulares. Os demais (1,9 milhão) se dividem entre instituições federais (1,1 milhão), estaduais (604 mil) e municipais (190 mil). Um terço desse crescimento deveu-se às matrículas nos cursos de educação a distância, em sua maioria na rede privada.

Porém, apesar dos números que mostram o crescimento dos cursos de graduação no Brasil, um grande desafio hoje em dia no ensino superior - assim como no passado - continua sendo a universalização e democratização do acesso. Historicamente, o ensino superior sempre foi elitizado. Como vimos, um dos fatores que mais concorrem atualmente para a elitização do acesso são os problemas estruturais da educação >>>

ADOTE ESSES LIVROS EM SUA ESCOLA E GANHE UMA VISITA DO AUTOR, ASTRONAUTA MARCOS PONTES, AOS SEUS ALUNOS!



Para informações e condições, entre em contato conosco:

Editora Chris McHilliard



(11) 3772.4282 | chris@mchilliard.com.br

básica de rede pública. Além disso, cada vez mais a competição se acirra por uma vaga nas universidades públicas, ainda mais em tempos de crise na economia e desemprego. Se olharmos as pesquisas que mostram as razões para a evasão escolar, que apontam como principal causa a falta de interesse discente, verificaremos que não é oferecida uma educação atraente e conectada com o mundo contemporâneo.

Os alunos que não conseguem vagas nas universidades públicas ingressam nas particulares que, assim, culminam por dar-lhes condições de formação acadêmica e inserção no mercado de trabalho. Porém, é visível que eles chegam ao ensino superior despreparados. De certa forma, é na IES privada que muitos deles conseguem ter acesso a conhecimentos comuns ao ensino médio. O que ocorre, então, é que esses alunos precisam ser preparados intensamente para poderem competir no meio acadêmico e no mercado de trabalho com os egressos das universidades públicas. Não é por acaso, que grande parte deles ingressa posteriormente num curso de especialização.

Os governos têm tentado minimizar essa situação por meio do sistema de cotas. Entretanto, vemos que os motivos para a existência das cotas originam-se nas dificuldades do ensino oferecido pelas escolas públicas. O sistema de cotas não resolve essas carências. Não podem, portanto, ser a solução para dar maior qualidade ao ensino.

As instituições privadas têm absorvido a maior parte dos alunos que chegam ao ensino superior com defasagens na sua formação. Ao mesmo tempo, elas têm procurado adequação à avaliação do MEC que, dentre outras coisas, avalia a própria formação do aluno. No entanto, a pouca oferta de alguns cursos, como o de matemática, por exemplo, tem feito com que o MEC, em alguns casos, se preocupe muito mais com a manutenção do curso e bem menos com o descredenciamento. Muitos cursos estão desaparecendo das universidades, públicas e privadas, pois há pouco interesse do estudante, como é o caso de algumas licenciaturas. Em algumas universidades a oferta ocorre apenas na educação a distância.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é um dos principais instrumentos para os estudantes ingressarem no ensino superior. Entretanto, o exame é criticado por diferentes pesquisadores da área, pois dentre outras incongruências, culmina pela criação de rankings das melhores e piores escolas, no qual, mais uma vez, as escolas públicas ficam prejudicadas. Mais do que o conteúdo exigido nas provas do Enem, o que influencia o



freemagazines

As instituições privadas têm absorvido a maior parte dos alunos que chegam ao ensino superior com defasagens na sua formação

desempenho do aluno é a sua condição acadêmica, que está estreitamente relacionada ao seu nível socioeconômico.

Vemos, então, que todo e qualquer esforço para a solução dos problemas de acesso ao ensino superior, bem como para dar maior qualidade à formação do estudante, será de pouco êxito se não houver ações ligadas diretamente à rede pública de educação básica, tais como: remuneração e formação do professor, plano de carreira, investimento em novas metodologias de ensino, melhor articulação entre a escola e a universidade no que tange às pesquisas acadêmicas, reestruc-

turação do ambiente físico das redes públicas. Muitas dessas ações constam do novo Plano Nacional de Educação, mas precisam ser efetivadas no cotidiano das escolas. Talvez seja o primeiro passo para a melhoria da nossa educação. ●



Eugênio Cunha
Psicopedagogo, doutorando e mestre em educação. Autor dos livros "Afeto e aprendizagem", "Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade" e "Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar", publicados pela Wak Editora.

REFERÊNCIAS:

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

ORTEGA, Eliane Maria V. O ensino médio público e o acesso ao ensino superior. Estudos em Avaliação Educacional. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 23, p. 153-176, jan./jun. 2001.



ATENÇÃO:

Operações financeiras são monitoradas pela Receita Federal

A Receita Federal do Brasil instituiu mais uma declaração que lhe possibilitará conhecer detalhadamente toda a movimentação financeira de cada contribuinte brasileiro, tanto pessoas físicas quanto jurídicas.

Trata-se da e-Financeira, criada pela Instrução Normativa 1.571, de 02 de julho de 2015, que obriga os bancos, planos de saúde, distribuidoras de títulos e valores mobiliários e demais instituições financeiras a adimplir com a nova obrigação acessória em relação aos fatos ocorridos a partir de 1º de dezembro de 2015.

As instituições estarão obrigadas à apresentação das informações, quando o montante global movimentado ou o saldo, em cada mês, por tipo de operação financeira, for superior a R\$ 2.000,00, no caso de pessoas físicas e de R\$ 6.000,00 no caso de pessoas jurídicas.

As pessoas jurídicas obrigadas a entrega desta obrigação acessória, deverão prestar as seguintes informações referentes a operações financeiras dos usuários de seus serviços:

I - Saldo no último dia útil do ano de qualquer conta de depósito, inclusive de poupança, considerando quaisquer movimentações, tais como pagamentos efetuados em moeda corrente ou em cheques, emissão de ordens de crédito ou documentos assemelhados ou resgates à vista e a prazo, discriminando o total do rendimento mensal bruto pago ou creditado à conta, acumulados anualmente, mês a mês;

II - Saldo no último dia útil do ano de cada aplicação financeira, bem como os correspondentes somatórios mensais a crédito e a débito, considerando quaisquer movimentos, tais como os relativos a investimentos, resgates, alienações, cessões ou liquidações das referidas aplicações havidas, mês a mês, no decorrer do ano;

III - Rendimentos brutos, acumulados anualmente, mês a mês, por aplicações financeiras no decorrer do ano, individualizados por tipo de rendimento, incluídos

Trata-se da e-Financeira, criada pela Instrução Normativa 1.571, de 02 de julho de 2015

os valores oriundos da venda ou resgate de ativos sob custódia e do resgate de fundos de investimento;

IV - Saldo, no último dia útil do ano ou no dia de encerramento, de provisões matemáticas de benefícios a conceder referente a cada plano de benefício de previdência complementar ou a cada plano de seguros de pessoas, discriminando, mês a mês, o total das respectivas movimentações, a crédito e a débito, ocorridas no decorrer do ano;



V - Saldo, no último dia útil do ano ou no dia de encerramento, de cada Fapi, e as correspondentes movimentações, discriminadas, mês a mês, a crédito e a débito, ocorridas no decorrer do ano;

VI - Valores de benefícios ou de capitais segurados, acumulados anualmente, mês a mês, pagos sob a forma de pagamento único, ou sob a forma de renda;

VII - Lançamentos de transferência entre contas do mesmo titular realizadas entre contas de depósito à vista, ou entre contas de poupança, ou entre contas de depósito à vista e de poupança;

VIII - Aquisições de moeda estrangeira;

IX - Conversões de moeda estrangeira em moeda nacional;

X - Transferências de moeda e de outros valores para o exterior;

XI - O total dos valores pagos até o último dia do ano, incluindo os valores dos lances que resultaram em contemplação, deduzido dos valores de créditos disponibilizados ao cotista e as correspondentes movimentações, ocorridas no decorrer do ano, discriminadas, mês a mês, a crédito e a débito;

XII - Valor de créditos disponibilizados ao cotista, acumulados anualmente, mês a mês, por cota de consórcio, no decorrer do ano.

Ante as informações que serão prestadas, pode-se facilmente concluir que a pretensão do fisco é conhecer toda a movimentação financeira, e, a partir da base dados de sua plataforma, onde constam outras declarações, do próprio contribuinte inclusive, confrontar os montantes declarados a fim de apurar eventuais inconsistências.

Nesse contexto, as pessoas físicas e jurídicas devem ficar atentas se as operações efetivamente realizadas consistem com aquelas prestadas, por intermédio de suas declarações e livros contábeis, para o fisco, pois poderão ser notificados a prestar esclarecimentos na hipótese da Receita Federal do Brasil apurar divergências nos cruzamentos eletrônicos realizados por ela. •



Vanderlei Ferreira Machado
Advogado, Pós-Graduado em Direito Educacional, Contador, Pós-Graduado em Administração Financeira, Especialista em Planejamento Tributário e Diretor Executivo da Meira Fernandes.
vanderlei.ferreira@meirafernandes.com.br

ACADESC®

SOFTWARE PARA GESTÃO ESCOLAR

22 ANOS

Fanny's
INFORMÁTICA
www.fannys.com.br

Secretaria:
Ficha cadastral completa do aluno;
Boletim escolar e ficha individual;
Gráfico de aproveitamento escolar;
Atas periódicas e livro de matrícula;
Histórico escolar; Cadastro de professores;
Disciplinas, observações pedagógicas.

Tesouraria:
Listagem de inadimplentes e cartas de cobrança;
Contas a pagar e cadastro de fornecedores;
Listagem de previsão de recebimentos;
Baixa de pagamentos automática e manual;
Emissão de recibos e fluxo de Caixa;
Boletos bancários e aviso de débitos;
Emissão de contrato escolar.

É mais que um software,
é um sistema de gestão
escolar de fácil operação
que automatiza a Secretaria
e Tesouraria.

APOIO AOS PAIS
Acadesc

Nova ferramenta on line que
permite aos pais utilizar os recursos:
Boletim do aluno, Avaliações,
Emissão de 2ª Via de boletos de
pagamentos,
Comunicados aos pais, etc.

Agora também como locação e
Diário do Professor on line!!

GRAACC COMBATENDO
O VÍCIOS E O CÂNCER INFANTIL

telefones: (011) 5012 0004/0422/0181 e 0800 773 0422
e-mail: comercial@fannys.com.br - www.acadesc.com.br

As marcas registradas ACADESC e Fanny's Informática são de propriedade exclusiva da Fanny's Comércio e Informática Ltda.

Como saber se a criança tem problema fonoaudiológico?



freeimages

A fonoaudiologia é responsável pela promoção da saúde, prevenção, diagnóstico, orientação, terapia (habilitação e reabilitação) e aperfeiçoamento dos aspectos fonoaudiológicos da função auditiva periférica e central da função vestibular, da linguagem oral e escrita, da voz, da fluência, da articulação da fala e dos sistemas miofuncional, orofacial, cervical e de deglutição.

Através da triagem auditiva neonatal (“teste da orelhinha”), alterações auditivas congênitas já podem ser descartadas ou precocemente acompanhadas.

Mais recente, o “teste na linguinha” tem o objetivo de diagnosticar precocemente alterações do frênulo lingual, que podem interferir no sugar, mastigar, engoli e falar.

As alterações fonoaudiológicas podem aparecer isoladas, associadas entre si, ou fazer parte de quadros maiores (deficiência intelectual ou transtorno do espectro autista, entre outros).

Crianças que têm em sua história alguma intercorrência pré, peri ou pós natal também têm mais chances de desenvolver um problema fonoaudiológico.

As alterações mais encontradas são as alterações de fala (comumente conhecidas como trocas), linguagem (criança que demora a falar) e miofuncionais (problemas

respiratórios, uso prolongado de chupeta e/ou mamadeira).

Quanto à fala, espera-se que por volta dos cinco anos de idade a criança já produza corretamente todos os sons do português. Geralmente, o atraso de linguagem é identificado por um vocabulário aquém do esperado para a idade.

No desenvolvimento normal, até os 12 meses o bebê já deve produzir palavras isoladas, depois começa a juntar duas palavras e formar frases simples. Entre o 1º e o 2º ano há um aumento significativo no vocabulário: de 50 para 300 palavras, aproximadamente. E quanto à compreensão, excede em muito a expressão.

Outra manifestação que preocupa muito os pais é a gagueira. Por volta dos quatro anos, é comum a criança apresentar hesitações, pausas e repetição de sílabas e/ou palavras ao falar. Se não houver casos de gagueira na família e, principalmente, se

as pessoas mais próximas sempre derem mais importância ao que está sendo dito do que à forma como a criança está falando, a gagueira fisiológica desaparece com o crescimento e o desenvolvimento.

Algumas dúvidas sobre o desenvolvimento normal da comunicação podem ser esclarecidas no acompanhamento pediátrico.

A escola também contribui de forma muito significativa. Mas o ideal é que, ao menor sinal de dificuldade, um fonoaudiólogo seja procurado. Pode ser só uma questão de orientação, em alguns casos uma avaliação complementar auxilia bastante e, quando o acompanhamento é indicado (após uma avaliação formal dos aspectos que foram citados inicialmente), a intervenção precoce é um fator importante para o bom andamento do tratamento, assim como a participação e o envolvimento dos pais. ●



Regiane A. Crippa

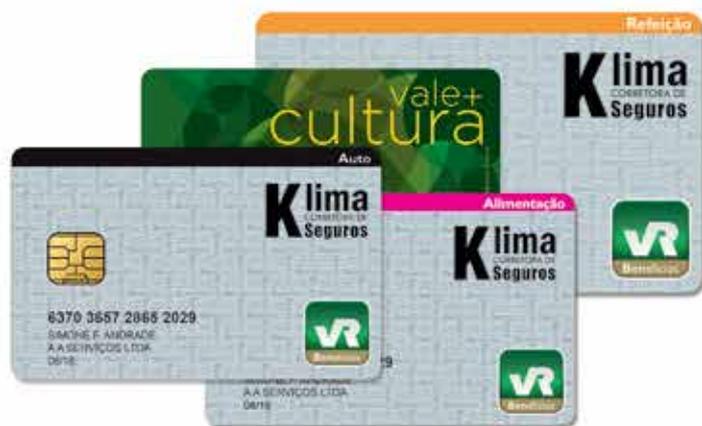
Fonoaudióloga da Clínica Psicologia, saúde & Educação, graduada pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp/EPM) no ano de 1999, com Aprimoramento Profissional pelo Hospital do Servidor Público Estadual e Especialização em Aprendizagem pela Faculdade de Medicina do ABC. Atuação em ações de promoção da saúde, prevenção, avaliação, diagnóstico, tratamento e orientação de aspectos envolvidos na função auditiva periférica e central, na linguagem oral e escrita, na articulação da fala, na voz, na fluência e no sistema miofuncional orofacial.

www.cliapsicologia.com.br - (11)4424-1284 / (11)2598-0732



Para os funcionários, os benefícios mais admirados. Para sua empresa, as condições especiais da Klima.

Com a parceria da Klima Corretora junto ao SIEEESP e a VR Benefícios, a sua empresa tem muito a ganhar. O motivo é simples: são os benefícios mais admirados, com as condições imperdíveis que só a Klima pode oferecer. Solicite nossa proposta e proporcione aos seus funcionários os benefícios VR Refeição, VR Alimentação, VR Auto, VR Transporte e VR Cultura. Você cuida mais dos funcionários e eles cuidam mais da sua empresa.



Vantagens de trabalhar com a VR Benefícios:

- Agilidade, praticidade e segurança na distribuição do benefício.
- Valores e periodicidade estipulados por sua empresa.
- Solicitação de créditos pelo sistema on-line e muito mais.

Entre em contato com a
Klima Corretora de Seguros
e solicite uma proposta.
Tel.: (11) 5087-6522

Klima
CORRETORA DE
Seguros





Quais são os primeiros sinais do autismo numa criança?

Segundo o DSM-V, o transtorno do espectro autista é definido pela presença de déficits em três domínios: interação social recíproca, comunicação e linguagem e comportamentos repetitivos, limitados ou estereotipados, com início antes dos três anos de idade.

Os primeiros sinais do autismo podem ser identificados nos primeiros meses de vida, como a dificuldade do bebê em sustentar o olhar do outro, por exemplo, e é importantíssima a identificação precoce do autismo, já que estudos científicos já comprovam o melhor prognóstico da intervenção precoce.

– Esse é um problema hereditário?

Existem indícios de fatores hereditários incidirem na ocorrência do autismo, mas há muitas controvérsias com relação às causas. Porém, é inquestionável entre os especialistas a complexidade do quadro, a multiplicidade de fatores que se mostram concomitantemente presentes na ocorrência do autismo, de ordem psíquica, ambiental, biológica e, possivelmente, genética, além da necessidade de intervenções múltiplas no tratamento.

– Com que frequência no Brasil e no mundo são diagnosticados casos de autismo?

A incidência de casos de autismo vem crescendo ao longo dos anos. Não se sabe ao certo o porquê, mas tanto a maior conscientização, possibilidades de diagnóstico, como a ampliação do espectro autista vem impactando com altos números encontrados. Uma pesquisa realizada, em 2010, pelos Estados Unidos, aponta uma prevalência de uma para cada 68 crianças com oito anos de idade, sendo 4 a 5 meninos para uma menina. Em 2006, eram de uma para cada 110 crianças. Um aumento, em média, de 56% se comparado aos números encontrados em 2002. No Brasil, os estudos epidemiológicos são mais recentes e apontam para uma prevalência de 0,3%, dos 12 milhões de habitantes na cidade de São Paulo e 40 mil casos de autismo.

– Que médico é preciso procurar na dúvida dos primeiros sinais?

O pediatra é o médico que está na atenção primária aos bebês e crianças, e deveriam ser estes os primeiros a identificarem os primeiros sinais de autismo e realizar o encaminhamento para psicólogos, psiquiatras e neurologistas. Porém, pelo grande volume de trabalho e a necessidade de realizar consultas mais rápidas para atender a demanda, estes sintomas muitas vezes passam despercebidos. O ideal é que as crianças consideradas de risco ao nascer (prematuras, com internações precoces, nascidas com baixo peso, nascidos com síndromes ou com problemas no parto), filhos de mães adolescentes, bebês adotivos ou qualquer outra criança que inspire preocupação nos pais, passem por uma consulta e façam acompanhamento com uma equipe interdisciplinar (com psicólogo,

Os primeiros sinais do autismo podem ser identificados nos primeiros meses de vida



freemagazines

gos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, por exemplo) que possa identificar estes sintomas o mais cedo possível e encaminhar para as intervenções adequadas. Não há remédios para o autismo, mas a intervenção precoce permite comprovadamente um melhor diagnóstico.

– Como é o processo de diagnóstico? Quais exames são feitos e por quê?

O diagnóstico é essencialmente clínico, e comumente norteia-se pelos critérios estabelecidos por DSM-IV (Manual de Diagnóstico da Sociedade Norte-americana de Psiquiatria) e pelo CID-10 (Classificação Internacional de Doenças da OMS), não havendo exames laboratoriais que detectem a presença do espectro autista. No entanto, existem instrumentos padronizados que facilitam a identificação de sinais de risco para autismo, como questionários, roteiros de

observação do desenvolvimento infantil e indicadores de risco psíquico que oferecem a médicos e psicólogos a possibilidade de identificar precocemente sinais de risco desde o primeiro mês de vida, o que é importantíssimo para uma atuação na linha da prevenção primária e secundária.

– A partir que idade é preciso ter mais atenção aos primeiros sinais?

Deve-se estar atento ao desenvolvimento do bebê desde o seu nascimento, sem fazer disso um peso. Afinal, é natural que os pais, em especial a mãe, nos primeiros meses de vida sintam quando algo não vai bem com o bebê, ou que ele não responde como deveria, não a olha ou não interage. Mais uma vez reforço, quanto mais cedo forem detectados os sinais de risco de autismo, mais precocemente inicia-se a intervenção e melhor o prognóstico da criança. •



Ana Paula Magoso Cavaggioni

Psicóloga da Clínica Psicologia e Educação, Psicóloga Clínica - Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Especialização RAMAIN - Cari Psicologia e Educação. Especialização DIA-LOG - Cari Psicologia e Educação. Pesquisadora convidada do IPUSP - Departamento de Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade. Diretora da Clínica Psicologia e Educação. www.clinicapsicologia.com.br - (11)4424-1284 / (11)2598-0732

Comece a transformação da sua escola pela biblioteca



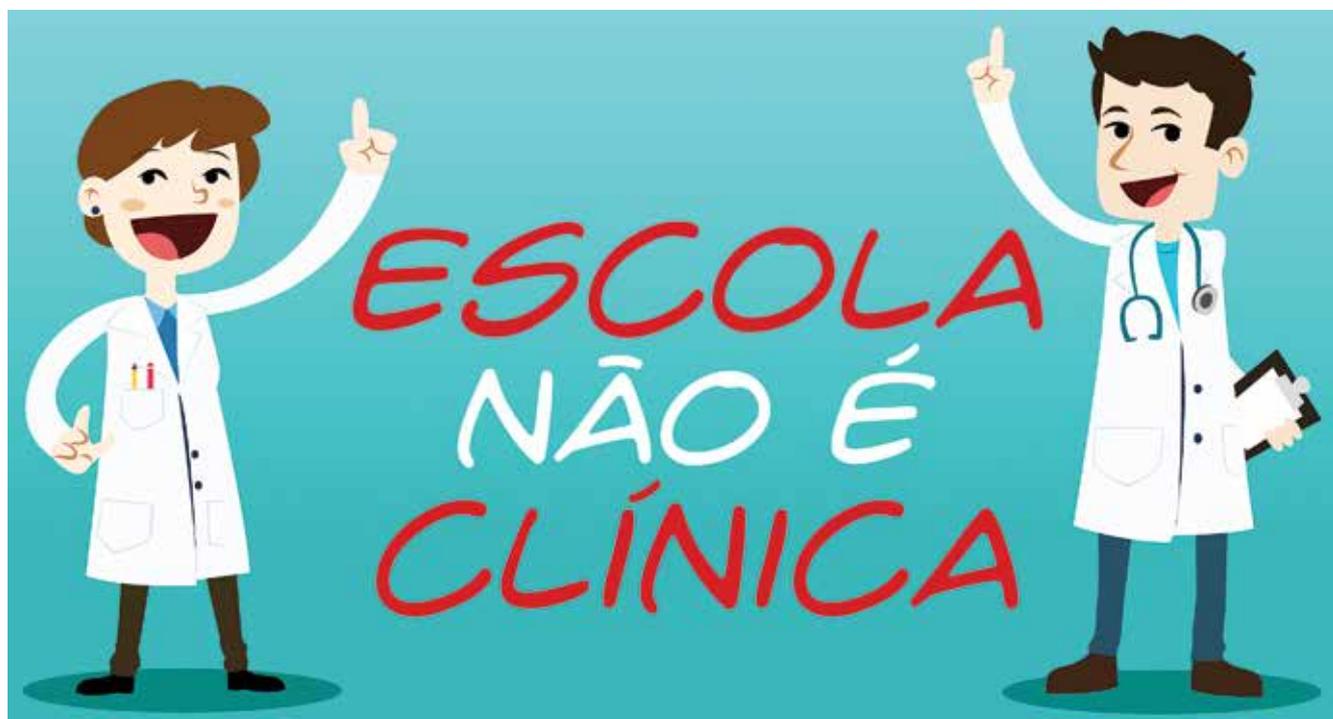
Com o Philos Web você pode fazer da sala de leitura da sua instituição um ambiente que agrega ainda mais conteúdo ao que foi dado em sala de aula! Não requer instalação nos computadores da escola e é simples de operar!

Quer saber mais? www.bibliotecaescolar.com.br



0800 55 7074 | vendas@prima.com.br





A frase, acima, foi dita por eminente procuradora do Ministério Público Estadual do Estado de São Paulo, mãe de menino autista, a propósito da inclusão de alunos com deficiência nas escolas comuns, em recente debate, promovido pelo SIEEESP, acerca das mudanças trazidas pela Lei nº 13.146/2015 – o chamado ‘Estatuto da Pessoa com Deficiência’. A frase não poderia ser mais acertada. E oportuna.

Há quem veja nesta Lei nº 13.146/2015 um passaporte para uma espécie de “atendimento integral”, que desborde para a assistência psicológica, ambulatorial e até mesmo médico-psiquiátrica. A escola, a bem dizer, teria de conveniar-se com o SUS. E como o atendimento do SUS, no mais das vezes, não é o desejado, há quem vislumbre na opção pela escola privada um verdadeiro “passo livre” para que esse atendimento se faça mais amplo e melhor, substitutivo, inclusive, dos ônus e responsabilidades familiares. E, verdade se diga, os defeitos da Lei são tantos e o seu viés populista é tão exacerbado que não faltarão argumentos, pinçados lá e cá, para sugerir isso. Daí a importância do comentário posto no título, porque ele revela, de um lado, acurada percepção acerca da potencialidade de abusos, e, de outro, anuncia a disposição de zelar para que eventuais abusos não se consolidem.

Tudo isto para reiterar que o alcance da inclusão escolar não se confunde com atuação assistencial. Há todo um discurso pedagógico voltado para a ideia de acolhida/acolhimento que, se não for adequadamente compreendido e delimitado, pode conduzir o trato da matéria para o terreno assistencial, quando não, mesmo,

O alcance da inclusão escolar não se confunde com atuação assistencial

da demagogia assistencialista. É preciso estar atento.

Qual o fundamento jurídico para esta delimitação? Reside na distinção entre socialidade e solidariedade. E na percepção de que o contrato e as relações contratuais dizem respeito, antes do mais, à ordem econômica e à distribuição dos riscos do que à solidariedade social.

Com efeito, o tema da solidariedade fica a cargo da regulação da ordem social, dentro da qual (regulação) se incluem as políticas públicas de assistência social (lato sensu). Já a “função social do contrato” mencionada no art. 421 do Código Civil de 2002 tem outro escopo, qual seja, ajustar a dinâmica eminentemente econômica dos contratos aos valores constitucionais, sem, contudo, desnaturar essa dinâmica ao ponto de comprometer a sua funcionalidade. Mesmo nos chamados contratos colaborativos, o que neles se apruma é a convergência das partes para a implementação de finalidades comuns, sem que isso signifique rejeição ou restrição à exequibilidade das contraposições contratuais.

Há uma decisão verdadeiramente paradigmática, proferida no Superior Tribunal de Justiça/STJ, em acórdão relatado pela Ministra Nancy Andrighi, da qual se colhe o seguinte:

“A função social infligida ao contrato não pode desconsiderar seu papel primário e natural, que é o econômico. Este não pode ser ignorado, a pretexto de cumprir-se uma atividade beneficente. Ao contrato

incumbe uma função social, mas não de assistência social. Por mais que o indivíduo mereça tal assistência, não será no contrato que se encontrará remédio para tal carência. O instituto é econômico e tem fins econômicos a realizar, que não podem ser postos de lado pela lei e muito menos pelo seu aplicador. A função social não se apresenta como objetivo do contrato, mas sim como limite da liberdade dos contratantes em promover a circulação de riquezas” (STJ, REsp nº 803.481-GO, 3ª Turma, j. em 28.06.2007).

É preciso, pois, ter cuidado com as divagações pedagógicas (muitas delas, pretensamente “progressistas”) em torno das funções de “cuidado” e “acolhida” hoje carreadas para o universo escolar. A acolhida, no caso, não pode transformar escola em clínica, como muito bem alertou a referida procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. A acolhida pode inserir-se na dimensão da socialidade do contrato, mas não serve de fundamento para exigências de natureza assistencialista. ●



Jorge Lutz Müller
Advogado do SINEPE-RS, onde coordena a equipe jurídica. Experiências jurídicas que se estenderam para a área do direito público, em especial na seara administrativa, com ênfase nos setores da filantropia e dos transportes públicos, sem prejuízo do foco maior na área educacional.
OAB-RS 7.563



Tenha a **Cultura Inglesa**
dentro da sua instituição de ensino,
da educação infantil ao nível superior.

Com o **Cultura In**, sua instituição passa a contar com
o melhor curso de inglês do mercado

- Cursos próprios, desenvolvidos pelos nossos experientes profissionais (educadores, pedagogos, professores, especialistas em tecnologia);
- Conteúdos constantemente atualizados com base em extensivas pesquisas de mercado e tendências em ensino de línguas;
- Aulas desenvolvidas pensando nas necessidades do aluno brasileiro.
- Centro preparatório e aplicador de exames de proficiência internacionais.

Conheça o Holiday Club: o programa de férias para crianças de 6 a 9 anos, com atividades que fazem a criança aprender brincando.



Para mais informações,
entre em contato conosco:

culturain@culturainglesasp.com.br

Tel. (11) 3039-0533





Educação Inclusiva:

Os desafios na hora de pensar em flexibilização curricular

Sabemos que a ideia da Educação Inclusiva se fundamenta em uma filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, partindo do princípio dos Direitos Humanos. Que garante o acesso e a participação de todos, a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo e de suas dificuldades.

Todos podem se beneficiar dos programas educacionais, desde que sejam dadas as oportunidades necessárias para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Portanto, quando falamos em Educação inclusiva, primeiro precisamos repensar o sentido que se está atribuindo à educação, além de atualizar nossas concepções e ressignificar o processo de construção de que todo o indivíduo aprende, cada um do seu modo e ao seu tempo. É preciso compreender a complexidade e amplitude que envolve essa temática.

A educação inclusiva é um movimento mundial em defesa do direito de todos

A inclusão não é apenas inserir o aluno na classe e esperar que ele aprenda

os alunos estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, que avança em relação à ideia de equidade dentro e fora da escola, ou seja, o adjetivo Inclusiva é usado quando se busca qualidade para todos e cada aluno, com ou sem deficiência.

Sendo assim, a inclusão implica em uma transformação considerável no espaço escolar. Implica em quebrar e vencer paradigmas, buscar atender à diversidade

humana com ajuda de recursos materiais, humanos e financeiros. Podemos até dizer que o desafio é conseguir romper barreiras, quebrar o esquema de homogeneidade.

A inclusão não é apenas inserir o aluno na classe e esperar que ele aprenda ou que professor trabalhe de forma diferente. É necessário que todos acreditem no potencial de cada aluno e cada um no seu potencial de aprender, de aceitar novos desafios, de criar novas expectativas, para isso todo o sistema escolar, deve estar disposto e aberto a aceitar e incluir todos os alunos.

Dentro do cotidiano escolar a criatividade e o bom senso dos professores são os principais aliados para o ensino-aprendizagem de todos alunos. Para isso, algumas ações pedagógicas diferenciadas são necessárias, bem como a flexibilização curricular. Afinal, todos os alunos precisam da valorização e do incentivo de suas potencialidades para que possam desenvolver cada vez mais e melhor suas capacidades.



freepik.com

Todos os alunos precisam da valorização e do incentivo de suas potencialidades

Para que os educadores façam a flexibilização curricular, não são os alunos quem devem prestar atenção ao professor e sim o professor é que deve estar mais atento aos seus alunos.

O aluno não deve ser só ouvinte, o aluno deve ter a oportunidade de questionar e demonstrar suas habilidades e dificuldades, o aluno deve ter o direito de realizar suas atividades de acordo com suas possibilidades tendo sempre suas capacidades e limitações respeitadas.

“O que define o especial da educação não é a dicotomização e a fragmentação dos sistemas escolares em modalidades diferentes, mas a capacidade de a escola atender às diferenças nas salas de aula, sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação da aprendizagem especiais) (...) Em outras

palavras, este especial qualifica as escolas que são capazes de incluir os alunos excluídos, indistintamente, descentrando os problemas relativos à inserção total dos alunos com deficiência e focando o que realmente produz essa situação lamentável de nossas escolas”.

(Mantoan: <http://www.lerparaver.com/bancodeescola>.) Na verdade quando pensamos em aprendizagem, também devemos lembrar que é fundamental considerar que cada indivíduo aprende no seu ritmo e de uma maneira. Sendo assim, podemos afirmar que a questão da Aprendizagem é bastante complexa, afinal o ato de aprender é extremamente singular, e a escola deve sempre considerar esse fato, principalmente quando estamos falando e pensando em Flexibilização curricular.

Vale ressaltar, que uma das principais funções da Flexibilização curricular é facilitar e também favorecer a compreensão >>>

Para atingir nossos objetivos, precisamos ter parceiros em quem possamos confiar.

E com a sua escola não é diferente!

Contar com uma **Assessoria Jurídica Preventiva e Contenciosa** especializada em escolas e com mais de 25 anos de experiência e conhecimento é essencial para o sucesso da sua Instituição de Ensino.



Há mais de 25 anos prestando Assessoria Jurídica Preventiva e Contenciosa.

Com atendimento personalizado para cada necessidade e perfil de cliente, o Escritório Celso Carlos Fernandes e Melo é especializado em Assessoria Jurídica para Instituições Particulares de Ensino de todos os níveis.

Áreas de Atuação

- Empresarial e Societária
- Tributário e Fiscal
- Cível, Família e Sucessões
- Trabalhista

Entre em contato, estamos à disposição para atendê-lo.



Rua Voluntários da Pátria, 108B - 2º Andar
CEP: 02010-100 - Santana - São Paulo/SP



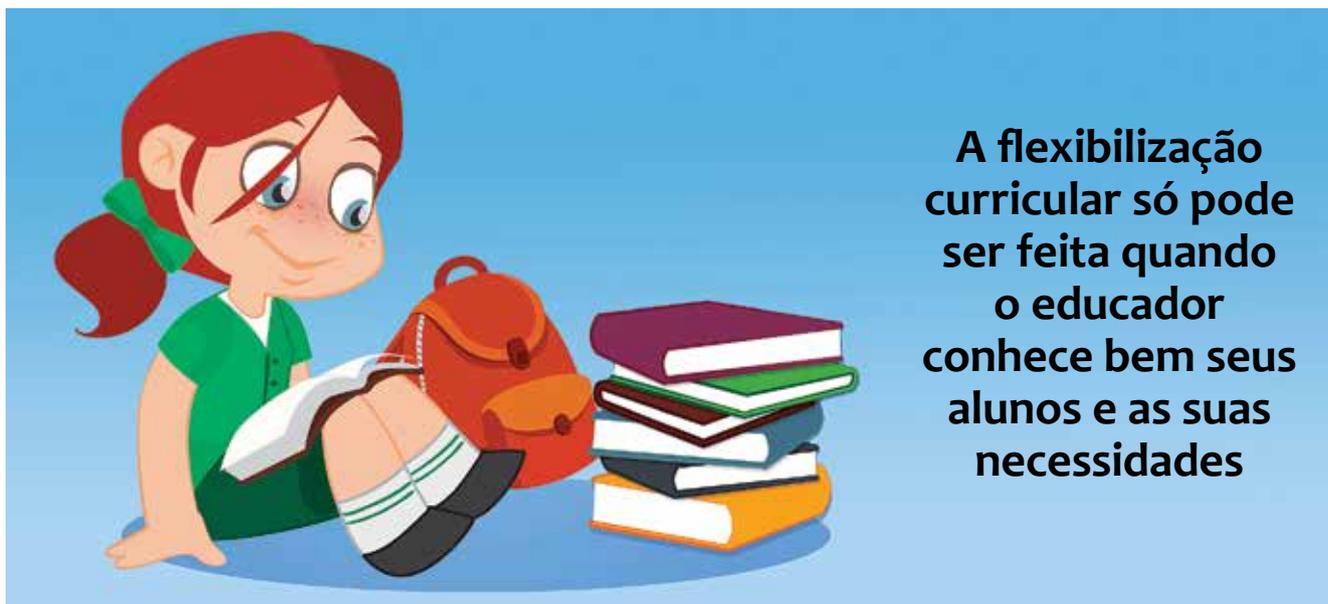
(11) 3513-5080



www.ccfmadvocacia.com.br



facebook.com/ccfmadvocacia



freepik.com

A flexibilização curricular só pode ser feita quando o educador conhece bem seus alunos e as suas necessidades

de todos os alunos diante do conteúdo apresentado. É pensar em pequenas mudanças nas atividades e nas estratégias pedagógicas, para promover a aprendizagem de todos e cada aluno. Pois, muitas vezes, uma simples adequação na atividade e/ou no material favorece significativamente a aprendizagem do aluno, diminuindo assim as barreiras encontradas por ele no dia a dia. Além de deixar para trás a sensação desconfortável da impotência em aprender.

Sabemos que a diversificação, bem como a ampliação das possibilidades, por meio da alternância de trabalho em grupos homogêneos e heterogêneos, faz com que os conhecimentos sejam construídos de forma mais consistente e ainda circulem pelo ambiente educacional de forma mais ampla, justa e abrangente, onde a aprendizagem acontece de maneira legítima, trazendo avanços verdadeiros para todos e para cada um. A atual política educacional brasileira inclui, em suas metas, a integração de crianças e jovens com deficiências nas escolas regula-

res, com apoio de atendimento educacional especializado, quando necessário.

A LDB, dispõe que os sistemas de ensino devem assegurar: adequada organização do trabalho pedagógico para atender as necessidades específicas. Na verdade, a inclusão depende de professores, os quais tenham sensibilidade para entender e respeitar que o processo de conhecimento é tão ou mais importante quanto o produto final, pois já se sabe que cada aluno tem seu ritmo e a sua aprendizagem vai ocorrendo a partir de seus conhecimentos anteriores e de sistemas de significação e ressignificação. Portanto não deve haver qualquer forma de discriminação ou segregação.

A flexibilização curricular só pode ser feita quando o educador conhece bem seus alunos e as suas necessidades. O educador precisa ficar atento nas potencialidades e nas dificuldades de cada aluno, observando as características predominantes na relação com o processo de aprendizagem, para com isso compreender melhor as particu-

laridades de cada um, levando em conta como se dá esse processo individualmente.

Além disso, é importante que o educador aceite e faça mudanças nas práticas pedagógicas e nos processos de avaliação, considerando assim as necessidades de acordo com as peculiaridades individuais.

A Flexibilização curricular visa promover o conhecimento do conteúdo trabalhado em sala de aula para todos os alunos, tendo como referência os parâmetros curriculares e projeto pedagógico da unidade escolar, ou seja, a essência e o objetivo dos conteúdos devem ser considerados sempre, o que deve ser adequado é o nível de complexidade da atividade...

O grande desafio é reunir alunos de diferentes níveis, diante de uma situação de ensino, em grupos desiguais, afinal em nossas vidas, no dia a dia e é assim... Aprendemos com as diferentes vivências, as diferenças de opiniões, de culturas, de enfoques, de humores, de sentimentos... •



Simone Costa Pires

Pedagoga, Psicopedagoga, Pós-graduada em Educação e Deficiência. Atuou há 20 anos na Educação. Lecionou na educação infantil e no ensino fundamental I. Atuei na

coordenação pedagógica de creches. No setor de educação da APAE de São Paulo como Pedagoga/Formadora, atendendo crianças e adolescentes com deficiência e desenvolvendo projetos de assessoria às escolas de ensino regular, ministrando palestras, cursos, participação de simpósios, seminários, eventos relacionados à Educação Inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CARVALHO, Rosita Edler. Removendo Barreiras para a Aprendizagem. Ed. Mediação, Porto Alegre, 2003.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. SP, Paz e Terra, Coleção Leitura, 35ª edição, 1996.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.
- MANTOAN, M Tereza.

Advice POS

O mais Completo
Sistema de Gestão
Educativa do
Mercado.

ADVICE
SYSTEM
Education Software House

fonte: www.insight.com



Gestão Orçamentária e Financeira

Total precisão nas operações financeiras. Provisionamento adequado aos projetos operacionais, projeção de resultados, análise gerencial de valores projetados e realizados.



Captação de Alunos

Registro de atendimento, controle de interessados, matriculados, reserva de vagas e vagas disponíveis. Condições de pagamento, perfis de desconto e administração de valores.



Controle de Indicadores

Diversas ferramentas de apoio à tomada de decisões estratégicas, táticas e operacionais.



Interface Web

- Central Pedagógica (Professores e Coordenadores)
- Central Acadêmica (Pais, Alunos e Responsáveis)



Planejamento Escolar

Controle de calendário, plano de carga horária, avaliações, conteúdo programático, plano de aulas e diário eletrônico.



Compras

Controle de solicitações, cotações, pedidos e entradas. Tudo integrado com estoque e financeiro.



Solução Quadro Horário

Geração de quadro horário sem conflito, parametrização por meio de critérios pedagógicos, cadastro de disponibilidade flexível e solução 100% integrada com diário eletrônico.



Empresas parceiras:



Gestão e Soluções
para Instituições de Ensino



Celso Carlos
Fernandes e Melo



Solicite a visita de um de nossos consultores
para demonstração.

11 3513-5075 | www.advicesystem.com.br

MOMENTO ATÍPICO LEVA SINDICATO A SE REUNIR NOVAMENTE COM MANTENEDORES ESTE ANO

A preocupação com as crises econômica e política por que passa o País neste momento, aliada à necessidade de esclarecimentos sobre a lei da inclusão, levou a diretoria do Sieceesp a realizar a terceira jornada de encontros com mantenedores do interior, litoral e grande São Paulo em novembro deste ano.

Normalmente, o sindicato promove duas reuniões por ano, em março e agosto, mas 2015 está sendo atípico, confirmou o presidente da entidade, Benjamin Ribeiro da Silva, que encontrou os mantenedores apreensivos e cheios de dúvidas.

Foram percorridos quase 3 mil quilômetros para falar sobre inclusão (Lei 13.146/15), inadimplência, Convenção Coletiva 2016, anuidades escolares, comportamento político e econômico e seus reflexos nas escolas, entre outros assuntos de interesse da categoria.

“De agosto para cá a economia piorou muito. A melhora que se esperava não veio; o governo não fez o ajuste fiscal que prometeu e nem vai fazer. Há uma ameaça iminente de uma nova CPMF. Tudo isso deixou todo mundo preocupado”, comentou Benjamin.

Há uma pesquisa nas escolas, ainda não oficial, que aponta um aumento no número de matrículas este ano em comparação com o ano passado, mas a dúvida é: será que todos vão conseguir pagar em dia no ano que vem?

Por isso, o Sieceesp está trabalhando muito a questão na inadimplência. Além de evitar o inadimplente contumaz, é preciso cultivar o bom pagador. As orientações são dar crédito somente para quem realmente tem, e não para quem está negativado, e manter uma boa política de cobrança. “Normalmente, >>>



**As orientações
são dar crédito
somente para quem
realmente tem, e
não para quem
está negativado**



Arquivo Siceesp



“Esta lei foi feita por um jogador de futebol, que não entende nada de educação. Incluir por incluir não adianta”

o devedor paga primeiro quem o cobra mais. Então nós orientamos: liga pro pai, liga pra mãe, liga e continua ligando. Quanto mais você ligar, mais cedo ele vai te pagar”, ensina.

Inadimplência – A inadimplência estadual registrou altas e baixas durante o ano de 2015, com ligeira tendência de elevação. Em janeiro, ela era de 6,06%, chegando a 8,84% em julho, a maior do ano até agora. Caiu um pouco em agosto, para 8,21%, e subiu novamente em setembro para 8,82%.

Anuidades – Como a inflação deverá passar dos 10%, a instituição que não aumentou em torno de 10% ou 12% vai ter muita dificuldade em 2016, acredita o presidente. Ele lembra que cada escola tem suas próprias características e necessita, portanto, de uma planilha feita com base nos custos particulares de cada uma.

“Há escolas em que o aluguel é o que impacta mais, em outras é a conta de energia, caso das escolas no interior, onde o clima é muito quente e não se pode ficar sem ar condicionado”, afirmou o presidente, lembrando que a energia subiu 80% durante o ano e ninguém colocou isso na planilha do ano passado.

O reajuste nos salários dos professores, concedido em 1º de março, também será acima de 10%, com base na inflação. “Nesse momento, é impossível algum aumento real. Nós temos que considerar as dificul-



Arquivo SIEEESP

dades que as famílias estão passando e os professores vão acabar entendendo isso”, afirma Benjamin.

Inclusão – A polêmica lei da inclusão (13.146/15) foi um dos assuntos mais debatidos nos encontros. Ela já está sancionada, mas precisa ser regulamentada até janeiro e, por isso, o SIEEESP está trabalhando junto com o Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP), órgão consultivo, que estabelece regras para todas as escolas das redes públicas e privadas, desde a educação infantil até o ensino médio e o profissional.

“Esta lei foi feita por um jogador de futebol, que não entende nada de educação. Incluir por incluir não adianta”, criticou o presidente, lembrando que há crianças passíveis de serem incluídas e outras não.

Muitas escolas não estão preparadas para receber alunos especiais porque o professor não tem formação específica para isso.

Há também a questão financeira. O artigo 28 da lei diz que o estabelecimento

de ensino “não poderá cobrar qualquer valor adicional de qualquer natureza nas mensalidades, anuidades ou matrículas, em razão de qualquer deficiência dos seus alunos, constituindo crime punível com reclusão de 2 a 5 anos e multa”, ou seja, se o aluno precisar de acompanhante a escola é obrigada a pagar e não poderá repassar esse custo ao pai do aluno.

“Nós não somos contra a inclusão, mas queremos discutir isso com a sociedade e com o Conselho porque acreditamos que quem entende de educação é que tem que regulamentar essa lei”, finalizou o presidente. ●



Ana Paula Saab
Jornalista e professora universitária. Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo (Unesp/Bauru) e mestrado em Comunicação Social (Universidade Paulista - Unip).

Tem experiência em jornal diário (reportagem, edição, chefia de reportagem); webjornalismo; e assessoria de comunicação e imprensa em entidades públicas e privadas.



Arquivo SIEEESP

Cobertoni

Estruturas Metálicas

- QUADRAS
- PROJETOS ESPECIAIS
- GINÁSIOS
- TENSIONADAS
- PISCINAS
- FECHAMENTOS
- PASSARELAS
- MEZANINOS
- GARAGENS
- RETRÁTEIS
- GALPÕES
- ACM

Seus alunos com mais conforto para a tranquilidade dos Pais.

Col. Polledro • São José dos Campos/SP



Sítio Iândia • São Paulo/SP



Col. Oliveira Telles • Guaiunases/SP



Colégio CLO • Piracicaba/SP



Passionista • Tucuruvi/SP



Colégio Âncora • Guarulhos/SP



Col. Emilie de Villeneuve • São Paulo/SP



Col. Patelli • Campo Limpo/SP



Colégio Estrutural • Mogi das Cruzes/SP



Programe suas obras já!

www.cobertoni.com.br

FÁBRICA

Piracicaba - SP

(19) 3434-1888 / 3435-9673

ESCRITÓRIO COMERCIAL

São Paulo - SP

(11) 9.5600-1729





BULLYINGBULLYINGBULLYINGBULLYINGBULLYINGBULLYINGBULLYINGBULLYING



Combate ao ‘Bullying’ agora é Lei!

Atualmente muito se tem falado sobre a Lei nº 13.185 de 06/11/2015, a qual institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (‘Bullying’). Mas, afinal, quando uma ação pode ser considerada bullying?

Em linhas gerais, podemos conceituar o bullying como a conduta ilícita e/ou abusiva, reiterada e duradoura, que expõe a vítima a situações ultrajantes capazes de ofender sua dignidade, personalidade e integridade física e/ou psíquica. Podemos afirmar assim que os mais fortes utilizam de seu poder, conquistado por meio da força ou do carisma, para maltratar, humilhar e amedrontar os que possuem dificuldades de reação, as vítimas.

No âmbito escolar, o bullying pode se dar de diversas maneiras. São exemplos os apelidos pejorativos, a “zoeira”, as agressões físicas, a destruição de objetos pessoais, a chantagem, a exclusão, dentre outros.

A propagação e a gravidade das consequências desse tipo de agressão, já muito discutidas e demonstradas pela mídia, motivou a propositura da referida lei. À partir de agora, as instituições de ensino, públicas e privadas, deverão criar campanhas anti-bullying, com a finalidade de conscientizar a comunidade escolar sobre os aspectos legais, sociais, psicológicos e éticos que envolvem tal prática. Assim, as escolas poderão

desenvolver atividades específicas, sejam voltadas para os alunos, sejam para os pais ou agentes escolares, como palestras, cartilhas, debates, dentre outros. Poderão ainda vincular tal tema às disciplinas normalmente ministradas. É o que chamamos de transversalidade e interdisciplinaridade.

Os mantenedores e gestores escolares podem então se perguntar: a instituição de um Programa de Combate ao Bullying resguardará a escola de futuros problemas? A resposta infelizmente é não.

Apesar do programa anti-bullying representar a partir de agora uma nova obrigação escolar, ele não será suficiente para proteger a instituição de ensino de

BULLYINGBULLYINGBULLYINGBULLYINGBULLYINGBULLYINGBULLYINGBULLYING



problemas judiciais e/ou administrativos. Isso porque, a Escola é responsável pelos atos de violência ocasionados a discente que esteja sob sua guarda. Em outras palavras, a instituição de ensino responde pelos danos causados a um aluno, sejam eles físicos ou psíquicos, ainda que praticado por outro aluno, funcionário ou docente.

Assim, é de suma importância que a instituição de ensino pense nos meios de prevenir, mas também de reagir, aos casos de bullying. A equipe escolar precisa estar alinhada e segura quanto às possíveis ações a serem tomadas.

No caso da prevenção, não há dúvidas que as campanhas de combate ao bullying, como as agora previstas em lei, serão uma ótima opção. Será importante apenas que seus princípios norteadores e atividades sejam incluídas no projeto político-pedagógico e/ou plano escolar, possibilitando o conhecimento prévio pelos alunos, pais ou responsáveis legais e a exigência participação dos mesmos.

Já quando for necessária a repressão de condutas agressivas, será essencial a previsão de Regime Disciplinar, com regras

claras e objetivas, além da aplicação de sanções, caso as mesmas sejam infringidas. O Regimento Escolar apresenta-se aqui como o documento capaz de definir tais normas, sanções aplicáveis e procedimento de apuração das faltas cometidas pelo aluno e/ou docente. É sempre bom lembrar que a Escola deve garantir o direito de defesa.

A análise do caso concreto, juntamente com profissional especializado na área educacional, será também de suma importância, a fim de se definir quais medidas pedagógicas ou até mesmo judiciais serão tomadas em relação a um aluno agressor. Tal cuidado objetiva garantir a efetividade das medidas adotadas, além de evitar que a escola seja responsabilizada pelo excesso em suas ações repressivas. •



Fernanda Misevicius Soares
Advogada especialista em Direito Educacional, formada pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Sócia da Hexa+ Assessoria e Consultoria Educacional. Membro da Comissão de Direito Educacional da OAB/SP-CJA e Comissão de Direito Administrativo da OAB/SP.

É de suma importância que a instituição de ensino pense nos meios de prevenir, mas também de reagir, aos casos de bullying

O MEDO DA REPROVAÇÃO ESCOLAR



freepik.com

O medo é uma reação natural do organismo a uma determinada ameaça, é a força motivadora dos comportamentos defensivos. A sua função é proteger o organismo de situações que o coloquem em risco.

Reprovação é uma derivação do verbo reprovar que vem do latim “reprobare” e significa condenar, rejeitar, desaprovar. Também foram encontrados sinônimos, tais como: crítica, censura severa, desprezo, repulsão, fracasso.

A reprovação, como prática relacionada ao processo de escolarização, tem como princípio impedir que o aluno avance de nível em uma estrutura escolar seriada, com base na concepção hegemônica de ensino, com a justificativa de que, supostamente, ele não estaria pronto para prosseguir para o ano subsequente. Contudo, “o não estar pronto” não é compreendido de forma legítima, mas traz uma condição de fracasso subjacente, construído socialmente e deslocado do processo de desenvolvimento.

O medo da reprovação é uma consequência gerada pela aproximação do sujeito a uma situação na qual esteja implícita uma vivência de desprezo, desvalorização e rejeição. A reprovação carrega consigo o poder de disseminar o medo, logo o medo surgirá no momento em que a criança ou o jovem estiver em contato com a possibilidade de reprovação.

A reprovação pode ter consequências no desenvolvimento emocional do indivíduo. Ele pode sentir-se excluído do seu

grupo, fracassado, desvalorizado em seu potencial e inclusive pode tornar-se vítima de bullying.

É importante destacar que embora a reprovação seja considerada “bem intencionada”, ainda assim não deixa de ser um fator gerador de insegurança porque tem o poder de estigmatizar, desvalorizar, desmotivar e, em muitos casos, condenar o indivíduo ao fracasso para toda a vida. Portanto, do ponto de vista emocional reprovar não é saudável, além de afastar o aluno do conhecimento.

Em uma estrutura educacional seriada não é possível contemplar a diversidade humana, não é possível respeitar a individualidade, as preferências e o ritmo de aprendizagem que cada indivíduo traz consigo. Nesse sistema, a nota e a memorização são mais valorizados do que a apropriação do conhecimento de fato. Souza (2001) aponta que “os alunos não discutem o que estão aprendendo, se estão aprendendo, o sentido do que estão aprendendo, mas que nota tiraram, em que disciplina estão com ou sem ‘média’ (p.35).

É preciso que a escola acompanhe a evolução dos tempos, que acompanhe o avanço social e tecnológico, não apenas introduzindo equipamentos de última geração nas salas de aula, mas revendo a toda a sua estrutura e o impacto do sistema educacional hegemônico sobre a vida de crianças.

Convido os leitores a conhecer duas das mais respeitadas autoridades no campo da Educação no Brasil, que, entre outros,

É preciso que a escola acompanhe a evolução dos tempos

respondem pelos campos da Avaliação da Aprendizagem e da Reprovação Escolar e podem corroborar os argumentos supracitados. São eles, respectivamente: Prof. Dr. Cipriano Luckesi – Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia – e Prof. Dr. Vitor Henrique Paro – Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Ambos publicaram duas obras-primas que vêm contribuindo de forma expressiva com a conscientização de profissionais da Educação sobre as implicações relacionadas às formas de avaliar o desempenho de um aluno e o impacto da reprovação escolar no processo de escolarização de crianças e jovens. São elas: “Avaliação da Aprendizagem Escolar, componente do ato pedagógico” e “Reprovação Escolar: renúncia à educação”. •



Lucy Duró
Pedagoga, Psicopedagoga
e membro do Laboratório
Interinstitucional de Pesquisa em
Psicologia Escolar do Instituto
de Psicologia da Universidade de
São Paulo.
evoluieducacional.com.br

EXISTEM LIGAÇÕES MUITO IMPORTANTES EM NOSSAS VIDAS, E SÓ NÓS SABEMOS A FELICIDADE QUE NOS PROPORCIONAM. POR ISSO A IMPORTÂNCIA DE CUIDAR BEM DELAS.

É ASSIM ENTRE PAIS E FILHOS, IRMÃOS, AMIGOS E TODOS OS ENTES QUERIDOS.



Nós da B.W. Contabilidade também acreditamos nisso, é por isso que estabelecemos uma ligação de respeito, confiança e sucesso com cada um de nossos clientes.

Se você acredita que fazer a Gestão Contábil, Fiscal, Trabalhista e Tributária da sua Escola de forma eficiente e com máxima qualidade irá reduzir custos e maximizar os resultados. Então faça uma ligação para a B.W. e solicite a visita de um de nossos consultores.

Nós desenvolvemos soluções em Contabilidade Gerencial para que sua Escola tenha informações de qualidade para a melhor tomada de decisão.

Benefícios

Aumento da eficiência de todas as funções de Gestão
Definição de objetivos, tomada de decisão e fixação de preços
Elaboração de Análise e Planejamento Financeiro
Controle e Redução de Custos e Desperdícios
Planejamento e definição do Custo de Produção
Apoio para o desenvolvimento do Planejamento Estratégico
* Além de todas as rotinas da Contabilidade Financeira e Legal

Objetivos

Tornar o processo de planejamento mais eficiente
Oferecer ferramentas de controles
Avaliar desempenho de Gestores, colaboradores e da Escola
Apoiar a Gestão no processo de tomada de decisão

Relatórios

Todos os relatórios Contábeis
Relatórios Orçamentário e Financeiro
Contabilidade por Responsabilidade
Relatórios por Metas e Desempenho
Relatórios especiais não rotineiros para Decisões Estratégicas
Relatório Situacional, entre outros

Comece 2016 com foco na Gestão da sua Escola e supere qualquer crise que possa aparecer.

Fale com o Weber, nosso Gerente Comercial e agende uma visita. (11) 3554-2960
comercial@bwcontabilidade.com.br

www.bwcontabilidade.com.br



Contabilidade Gerencial
Para sua Escola tomar decisões Lucrativas

Mais de 20 anos de atuação exclusiva em Escolas Particulares.



Melhor Escola, Melhor Sociedade

Em recente entrevista dada ao jornal Zero Hora, de Porto Alegre, o filósofo e educador colombiano Bernardo Toro afirmou: “A educação é o maior fator de articulação social, política e emocional de um país e, na América Latina, está sendo exatamente o contrário”. Para ele, esse “efeito contrário” decorre da enorme disparidade na qualidade da educação oferecida a pobres e a ricos, o que acaba por ampliar as desigualdades de oportunidades e o “gap” social nesses países, numa era em que o diferencial entre pessoas e nações assenta-se no conhecimento.

Bernardo Toro não está sozinho ao defender essa posição. Ao contrário, sua

denúncia apenas reforça a percepção já difundida pelas sociedades contemporâneas de que garantir educação de qualidade para todos é condição essencial para a estabilidade, o aprofundamento da democracia e o desenvolvimento econômico e social.

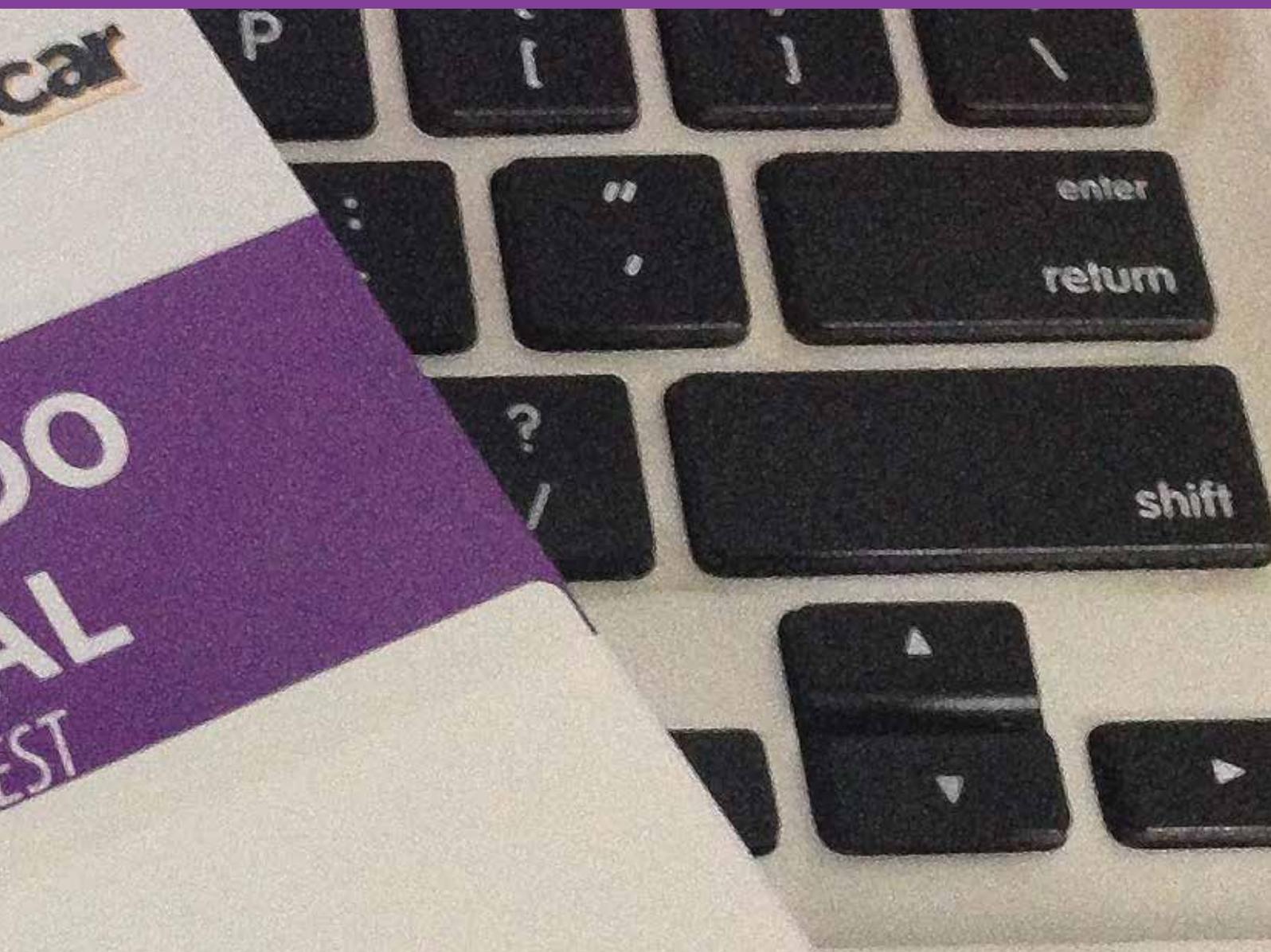
É nesse sentido que se define o tema para a edição 2016 da Bett Brasil Educar: “Melhor Educação, Melhor Sociedade”. Entendemos que a educação de qualidade, com capacidade transformadora, requer a profunda integração com a sociedade. Seja para perceber suas contradições, dilemas e anseios, seja para compreender os modos de vida, as relações sociais, formas de lazer,

as relações no mundo do trabalho. Só assim seu potencial transformador pode se realizar.

Para além do tema deste ano, a Bett Brasil Educar incorpora os valores que orientam as atividades Bett ao redor do mundo, a saber:

Inspiradora - Cria oportunidades de discutir ideias inovadoras que podem inspirar outros profissionais. A magia está em ouvir e vivenciar diferentes experiências e sair com uma visão prática do que está sendo feito, com sucesso, no Brasil e no mundo.

Colaborativa - Compartilha experiências e melhores práticas, numa comuni-



Um grande evento pela inovação e melhoria da qualidade da educação

dade de educadores com atitude positiva e paixão por desenvolver suas escolas e alunos, com a ajuda das melhores soluções inovadoras e de recursos de tecnologia educacional.

Desafiadora - Desafia os conceitos, os processos e as abordagens. A comunidade Bett se preocupa com resultados e compartilha a paixão por novos modelos e metodologias educacionais. Quer entender como as novas soluções e os recursos de tecnologia de informação e comunicação podem melhorar a aprendizagem, bem como a gestão de todos os processos envolvidos nas escolas e demais ambientes de aprendizagem.

No âmbito desse marco, a Bett Brasil Educar 2016 terá os seus tradicionais congresso e exposição.

O congresso, que tem por objetivo contribuir para a formação profissional continuada de educadores, tem inscrições pagas e certificação aos participantes. Além das tradicionais palestras, painéis, debates e talk shows, nesta edição, serão oferecidos 16 mini cursos, com 4 horas de duração cada um. A proposta é propiciar o aprofundamento em temas diretamente relacionados a práticas em sala de aula, em especial a inclusão. Também como novidade para 2016, o congresso contará com a importante parceria do Instituto Singularidades.

As atividades do congresso, sob o tema “Melhor Educação, Melhor Sociedade”, organizam-se segundo cinco eixos articuladores:

1) Profissão e Formação Docente: serão apresentados temas que envolvem melhores condições de trabalho docente nas escolas, políticas de formação de professores, questões da identidade e papel do professor diante das novas tecnologias, material didático, planejamento da ação educativa, metodologias ativas e participativas, entre outros. A qualidade da educação e da escola pressupõe a qualidade da formação inicial e continuada de professores. »»



2) Práticas Escolares: Focado nas práticas do dia a dia escolar, apoia-se em estudos, pesquisas e na experiência de escolas e projetos inovadores, que avançam e reposicionam a educação em nossa sociedade.

3) Políticas Educacionais e Inovações Curriculares: Neste eixo, discute-se o recente marco legal da educação brasileira - o Plano Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares da Educação Básica e a Base Nacional Curricular Comum, e suas implicações sobre a prática e a melhoria da qualidade da educação nas escolas e no país. Traz o debate sobre o currículo como centro das definições urgentes que norteiam a educação e a sociedade: o que se espera como resultado da educação básica? Quais são os constituintes curriculares da escola da diversidade, da escola que humaniza, que valoriza as culturas, a ética; da escola que prepara os nossos jovens para a inserção produtiva no mundo de hoje e do futuro?

4) Aprendizagem: “Ciclos da Vida e Ciclos da Escola”. A proposta deste eixo é revisitar teorias e, principalmente, as práticas de ensino e processos de aprendizagem, a partir de novos conhecimentos, novas soluções e recursos: as contribuições da ciência, em especial da neurociência e das novas tecnologias, como viabilizadores da aprendizagem, respeitando diferenças,

distintos ritmos, processos e criando oportunidades para todos.

5) Gestão e Qualidade Social: aliar conhecimentos científicos e habilidades de gestão, domínio técnico e formação cultural e humana para lidar com pessoas, processos de produção e organização de modernas estruturas de serviços, de convivências pluralistas e de eficácia administrativa. Como gerir uma escola nesse contexto de transformação em que vivemos e como incorporar essas questões na prática cotidiana da gestão escolar.

Os temas de inovação e de uso de recursos de tecnologia na educação permearão todos os 5 eixos, ao contrário do que acontecia nas edições anteriores, quando correspondiam a um eixo norteador específico. Essa mudança decorre do entendimento de que vivemos uma nova etapa, em que não faz mais sentido discutir uso de tecnologias isoladamente. Elas permeiam, alteram e enriquecem os processos de ensino e de aprendizagem. São, hoje, e cada vez mais, recursos essenciais para chegarmos à educação de qualidade que almejamos.

Na Bett Brasil Educar 2016, a área de exposições também se caracterizará por proporcionar importantes conteúdos, de caráter informativo e de atualização, gratuitos a todos os visitantes. Alguns exemplos são: a **Área de Startups** – empre-

sas nascentes, inovadoras, que mostrarão suas contribuições para a melhoria da educação; o espaço **Aula Interativa** – soluções e práticas inovadoras, que utilizam recursos de tecnologia e mudam a conformação tradicional das aulas, com ganhos de aprendizagem, serão apresentados por quem os implementa: professores e/ou alunos; e o **Auditório do Saber**, que trará sessões específicas sobre inovações educacionais, da educação básica ao ensino superior.

A área de exposições, de acesso gratuito a todos os visitantes, propiciará oportunidades de conhecimento e experimentação de soluções educacionais, desde as mais tradicionais às mais inovadoras.

Nosso propósito é contribuir significativamente para a melhoria da qualidade da educação no Brasil, pela via da articulação de todos os atores relevantes do segmento, com a apresentação daquilo que de melhor têm a oferecer. ●



Vera Cabral Costa
Consultora independente na área educacional, com foco em inovação. Consultora Educacional da Bett Brasil Educar. Foi responsável pela implantação da Escola de Formação de

Professores da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e líder do Projeto de Parceria Público Privada “Aula Interativa”, também da rede estadual paulista. veracabralcosta@gmail.com

bett**brasil**18-21 MAIO 2016 · SÃO PAULO EXPO
EXHIBITION & CONVENTION CENTERReserve
a data na
sua agenda!

Melhor educação, melhor sociedade

Temas do Congresso:

- ▶ Profissão e formação docente
- ▶ Práticas Escolares Efetivas e Inovadoras
- ▶ Inovações Curriculares
- ▶ Aprendizagem: Ciclos da Vida e Ciclos da Escola
- ▶ Gestão e Qualidade Social

**Inscreva-se e faça parte deste grande evento**

5% de desconto

Garanta 5% de desconto no Congresso de 2016 preenchendo o formulário online em www.bettbrasileducator.com.br

Informações e Inscrições:

Tel: (41) 3033-8100 | E-mail: contato@bettbrasileducator.com.br

NOVIDADES EM 2015



Lounge do Saber

Espaço do Saber
3 dias de conteúdo voltado para gestores de escolas privadas, secretários estaduais de educação (CONSED) e secretários municipais de educação (UNDIME-SP)



Sala de Aula Interativa

Experiências de inovação em salas de aula. Quatro escolas que utilizam soluções da Apple (**Apple Distinguished Schools**) apresentaram suas inovações pedagógicas apoiadas pelo uso das tecnologias.



Start-Ups

8 empresas start up apresentaram suas soluções nesse espaço, mostrando tendências dos novos negócios educacionais.

CHANCELA

REVISTA OFICIAL

www.bettbrasileducator.com.br

REALIZAÇÃO

ORGANIZAÇÃO



A SUBJETIVIDADE NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES: SENTIDOS DO APRENDER E DO ENSINAR



A subjetividade vem sendo discutida com muita ênfase nas últimas décadas, quando se percebeu que ela interfere na compreensão de várias situações humanas. No caso dos educadores, a subjetividade afeta suas perspectivas em relação à formação e suas formas de atuação profissional. (Scoz, 2011)

Na perspectiva teórica de Fernando González Rey (2003), na subjetividade há o envolvimento e a articulação de vários processos dinâmicos que ocorrem nas histórias de vida dos sujeitos, por exemplo, a confluência de uma série de sentidos que os sujeitos produzem em suas trajetórias de vida e nas condições concretas dentro das quais eles atuam no momento.

Com base na dimensão de integração González Rey (2003) toma o conceito de configuração de sentidos como uma pos-

A subjetividade afeta suas perspectivas em relação à formação e suas formas de atuação profissional

sibilidade de compreender a subjetividade não como algo que faz parte da substância ou da essência do sujeito, mas como algo em permanente construção que transita pelas fronteiras entre sociedade/indivíduo, pensamento/emoção, sentido/significado, consciente/inconsciente

A natureza complexa do sujeito e da subjetividade tem sido pouco considerada na educação. Algumas análises sobre a formação de professores e de educadores em geral têm demonstrado um fato preciso: em geral, os coordenadores dos cursos de formação têm a concepção de que oferecendo informações e conteúdos aos profissionais, produzirão mudanças em suas formas de agir. Essa concepção essencialmente intelectual, não dá conta de perceber que os educadores produzem sentidos em seus processos de aprender e de ensinar, nos quais se integram suas condições sociais e pessoais, seus pensamentos e suas emoções. Essa pode ser uma das razões pelas quais são poucos os aspectos trabalhados nos cursos de formação que resultam em transformações nas ações educativas.



freepik.com

Considerando os sentidos que os professores produzem em seus processos de aprender e de ensinar, enfim, a dimensão subjetiva implicada nesses processos, podemos ter acesso à maneira como eles se situam com sujeitos pensantes, bem como às emoções produzidas em diversas situações de ensino e aprendizagem em diferentes espaços e momentos de suas vidas. Essas situações podem definir-se como segurança ou insegurança, interesse ou desinteresse, entusiasmo ou desilusão etc. Um quadro afetivo que não pode ser ignorado, pois interfere na prática docente.

Nesse estudo privilegiei a compreensão dos sentidos subjetivos que os professores/educadores produzem em seus processos de aprender e de ensinar em suas famílias, comunidades de convivência,

escolas, bem como as possíveis relações entre tais sentidos, bem como, a percepção que os professores/educadores têm acerca de suas produções de sentidos, enfim de suas próprias subjetividades. E, a partir daí, quais novos sentidos produzem em seus processos de aprender e de ensinar.

A metodologia de trabalho é o Jogo de Areia seguido de narrativas. O estudo realizou-se em um curso de Psicopedagogia de pós-graduação *lato sensu* da Universidade Católica de Pernambuco. Os participantes da pesquisa foram 36 alunos.

O ato simbólico, a visualização dos aspectos conflituosos, as possibilidades de reflexão e as emoções decorrentes da construção e da narrativa dos cenários fizeram com que as professoras/educado-

ras se percebessem diante da situação em que se encontravam e redefiniram novos sentidos em seus processos de aprender e de ensinar. •

REFERÊNCIAS

- GONZÁLEZ Rey F. (2003). Sujeito e Subjetividade. São Paulo: Editora Thomson
- SCOZ, B. (2011). Identidade e Subjetividade de Professores: sentidos do aprender e do ensinar. Petrópolis: Vozes



Beatriz Judith Lima Scoz
Professora doutora do mestrado em Psicologia Educacional – UNIFIEO. Pós doutora em Educação pela UnB; Mestre e doutora em Psicologia da Educação pela PUC/SP.

Vale a pena ser uma “Escola Legal”

1.530 escolas já possuem o selo “Escola Legal”, e a sua escola já solicitou?

Adhemar Oricchio



O Sieceesp – Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo conclama as escolas particulares, associadas, que até o momento não solicitaram junto ao Departamento Pedagógico o selo “ESCOLA LEGAL”, que o façam, pois o objetivo do mesmo é o de orientar os pais a identificar e escolher uma escola que tenha registro, que esteja autorizado o seu funcionamento pelos órgãos legais. Além disso, é uma prova de que a escola recebe orientação do Sindicato das Escolas Particulares nas áreas jurídica, pedagógica, cursos direcionados a professores e mantenedores visando aprimoramento. É, portanto, uma campanha de moralização da escola privada no estado de São Paulo. O selo “Escola Legal” deve ser fixado em local visível e de fácil acesso a comunidade.

As escolas de Educação Infantil recebem alunos durante todo o ano e os pais que pretendem matricular seus filhos precisam estar atentos se a instituição escolhida está devidamente regulamentada conforme as exigências da Diretoria Regional de Educação (antiga Coordenadoria de Ensino), órgão municipal responsável pela fiscalização desse tipo de estabelecimento. Nem todas as escolas, ao abrirem, cumprem as exigências para o funcionamento.

Com o objetivo de orientar a regulamentação dessas escolas, garantindo aos pais mais segurança na hora da matrícula, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo (Sieceesp), criou o Projeto “Escola Legal” que, em seu décimo ano de atuação, contabiliza 1.530 instituições de ensino cadastradas que já se encontram de acordo com a lei.

O Sieceesp analisa cada caso individualmente para orientar a escola quanto às providências a serem tomadas, conforme as necessidades. Na maioria dos casos, as instituições que estão em situação irregular junto ao Sieceesp são as de Educação Infantil.

Penalidade – Segundo a coordenadora do Departamento Pedagógico do Sindicato, professora Marlene Schneider, as escolas ilegais podem ser penalizadas, correndo o risco de serem fechadas. “Quando uma denúncia chega à Diretoria Regional de Educação, de que determinada escola está funcionando ilegalmente, uma equipe de três supervisores é encaminhada



Os pais são orientados a procurar uma escola que tenha o certificado “Escola Legal”

ao local para analisar as dependências, a documentação e, caso seja confirmada a irregularidade, é concedido um prazo de 30 dias para a escola cumprir as determinações legais. É quando muitos nos procuram, o que é errado, pois a partir do momento em que se pretende abrir uma escola, as providências para autorização de funcionamento precisam ser tomadas antes de começar a funcionar”.

Inspeção – Uma escola regulamentada pela Diretoria Regional de Educação, no caso de instituições de Educação Infantil, ou, pela Diretoria Estadual de Ensino, responsável pelas escolas de Ensino Fundamental e Médio, recebe visitas periódicas de supervisores, que verificam entre outras coisas a quantidade de alunos por classe, de acordo com a metragem estabelecida legalmente, além de analisar a qualificação dos profissionais que ali trabalham.

Certificados – O Sieceesp confere o certificado “ESCOLA LEGAL”, às oficialmente autorizadas, com ato publicado no Diário Oficial do Município (Educação Infantil), ou do Estado (Ensinos Fundamental e Médio), ratificando a legalidade de funcionamento.

“Orientamos os estabelecimentos para afixarem o cartaz em local visível na secretaria, de modo que os pais tenham a

certeza de que estão matriculando seus filhos em uma escola devidamente autorizada por órgãos competentes”.

Em geral o período em que o Departamento Pedagógico do Sieceesp é mais procurado para uma assessoria sobre o “Escola Legal” é entre maio e setembro, quando os futuros mantenedores começam a se preocupar em organizar os documentos necessários para o pedido de autorização de funcionamento junto às secretarias municipal e estadual de educação e legislação específica quanto a imóveis adequados, mobiliários e equipamentos para oferecerem uma escola de qualidade.

O Sindicato pode indicar empresas que oferecem descontos na compra de material às escolas associadas e o Departamento Pedagógico está à disposição dos educadores durante todo o ano para orientações pertinentes.

O QUE É UMA ESCOLA LEGAL?

O Sieceesp – Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo lançou a campanha “Escola Legal” em 2006 com o objetivo de orientar os pais de alunos quanto à necessidade de escolher uma escola que tenha autorização de funcionamento junto aos órgãos competentes. É, portanto, uma campanha de

moralização da escola privada no estado de São Paulo.

Os pais são orientados a procurar uma escola que tenha o certificado “Escola Legal” afixado em local visível, pois é a garantia de que a mesma está devidamente em ordem com a legislação vigente.

Para que uma escola particular obtenha esse certificado, é necessário ser associada ao Sieceesp, preencher uma ficha de inscrição que será fornecida pelo Sindicato, além de juntar cópia dos documentos solicitados. Se a instituição não possui ainda autorização de funcionamento, mas já deu entrada na documentação, é só preencher a ficha, anexando cópia do protocolo do pedido de funcionamento. O Sieceesp fornece um “certificado temporário” e acompanha a publicação nos Diários Oficiais. Após, encaminha um novo certificado de escola devidamente regularizada.

Benjamin Ribeiro da Silva, presidente do Sindicato, afirma que “a iniciativa é um sonho antigo da entidade, pois representa a valorização da escola particular no Estado de São Paulo”. Portanto, não deixe de participar, solicite o seu certificado; é um serviço gratuito. Envie o material para a sede do Sieceesp, aos cuidados do Depto. Pedagógico: Avenida das Carinas, 525. CEP 04086-011, São Paulo, SP. ●



PROFESSORES VITIMADOS PELO CYBERBULLYING

Professores das redes pública e privada dos ensinos fundamental e médio são constantemente intimidados por serem rígidos, por atribuir notas baixas, por tentarem disciplinar seus alunos e por tantos outros motivos. O espanto diante desta situação torna-se maior quando constatamos que não só os alunos praticam os atos intimidatórios e infames. Em muitos casos, crianças e jovens são encorajados pelos próprios pais que também passam a at-

morizar os professores. Os atos ofensivos de qualquer natureza agora se propagam com muita facilidade no mundo virtual. Tornou-se comum professor ser alvo do cyberbullying.

O problema é agravado pela avalanche de meios digitais, que permitem compartilhar todo tipo de informação, pela agilidade dos jovens no mundo tecnológico, bem como pela dificuldade em identificar os autores e métodos que foram utilizados

em alguns casos. As redes sociais e aplicativos como o WhatsApp são os meios mais comuns.

Educadores vítimas de cyberbullying sofrem ainda com a falta de amparo no que concerne à política educacional. Regimentos de colégios deveriam alertar pais e alunos sobre as consequências dos comportamentos abusivos e ofensivos. Muitas vezes, por receio de piorar a situação ou de serem demitidos, os professores sofrem >>>

LINHA EDUXE

Surpreenda pais, alunos e professores na volta às aulas.

A LINHA EDUXE é um sistema de gestão completo para a sua escola. Desenvolvido por quem entende e vive a educação, as soluções EDUXE abrangem as áreas administrativa, financeira e acadêmica. Os softwares de gestão da LINHA EDUXE são o que há de mais moderno e efetivo no mercado: com *design* contemporâneo, interface simples e amigável, módulos flexíveis, além da melhor tecnologia.



www.qts.com.br

Os sistemas EDUXE foram criados com o profundo conhecimento dos processos necessários para o bom funcionamento das instituições educacionais. Todos os softwares de gestão oferecem total segurança para os dados da sua escola, seja na versão local - EDUXE SERVER - ou na versão *on-line* - EDUXE WEB. As soluções da LINHA EDUXE podem ser acessadas no computador, *tablet* ou *smartphone*, a qualquer hora ou lugar.

Seja qual for a sua opção, com as soluções EDUXE você também pode contar com um aplicativo exclusivo para ampliar o relacionamento entre pais, alunos, professores e gestores. Em um ambiente personalizado com a marca e identidade visual da sua instituição, o App Escola oferece diversas possibilidades de interação. Tudo isso integrado, automaticamente, ao *software* de gestão - EDUXE SERVER ou EDUXE WEB.

Bem-vindo a LINHA EDUXE, a solução completa para a sua escola melhorar os resultados, fidelizar pais e alunos e oferecer novos recursos para o ensino! Conheça melhor a família EDUXE! Nós temos a solução certa para sua escola.

FALE COM UM ESPECIALISTA
11 5632.3666
relacionamento@qts.com.br


QUALITY

calados. Deixam de buscar uma solução em conjunto com a direção escolar ou mesmo de procederem com medidas legais. Isso ocorre porque, espantosamente, a maioria das escolas são omissas, esquecem de zelar pela incolumidade física e psíquica de seus docentes, não se previnem, e isso os desencorajam de tomar qualquer providência administrativa ou judicial.

Poucos reagem e muito menos denunciam os agressores. Diante desse quadro adquirem doenças psicossomáticas, que podem evoluir para um transtorno mental. Perdem a saúde, a disposição e a vontade de trabalhar por se sentirem constantemente agredidos, rejeitados e desamparados.

Uma pesquisa realizada por um sindicato de professores no Reino Unido, NASUWT, noticiada no jornal O Globo, em 02/04/2015, revelou um aumento considerável do número de educadores vítimas de cyberbullying praticados por pais de alunos. Segundo a pesquisa comentários agressivos na Internet contra docentes

saltou em um ano, de 21% para 60% do total de 1500 profissionais entrevistados.

Os efeitos do bullying cibernético são devastadores para qualquer vítima, principalmente quando os atos praticados ferem a honra, a reputação da pessoa, pois é fácil e rápido compartilhar qualquer informação na Internet. Por isso é importante que as escolas se atentem com cyberbullying cometidos por alunos e pais contra professores, de alunos contra alunos, além de combater esta prática na escola e fora dela, afinal, atualmente a vida pessoal e profissional possui uma extensão virtual bastante relevante.

Cyberbullying se mostra um problema realmente urgente, tanto que o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o regime de urgência para o projeto de lei - PL 5369/09, que obrigará as escolas e os clubes de recreação a adotarem medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao bullying.

Enquanto isso, a vítima de cyberbullying ao tomar conhecimento de ofensas,

difamações, mentiras, falsos perfis na Internet, falsas acusações, racismos, ameaças no mundo virtual seja pelas redes sociais ou por aplicativos de Internet, não deve ficar inerte, é preciso procurar orientação jurídica. Para isso, precisa salvar as mensagens de texto, printar e/ou imprimir as páginas e guardar de forma segura as provas dos atos ilícitos praticados pelos agressores, pois, em eventual ação judicial, será necessário provar suas alegações de humilhações no universo virtual. Se o agressor excluir as provas, torna-se mais difícil recuperá-las, mas não impossível. Há maneiras de recuperar as provas e a justiça tem concedido liminares nesse sentido.

No caso do professor, além de guardar as provas das ofensas de qualquer natureza praticadas por pais e alunos no mundo virtual, precisam registrar também as tratativas sobre o assunto junto aos dirigentes escolares, pois, a responsabilidade é também da instituição de ensino. A escola não pode ser omissa com ofensa moral ou criminal, perseguição, assédio, conteúdo ilegal, postagens de imagens não autorizadas, postagens de imagens e vídeos com conteúdo sexual, montagens para denegrir a imagem da vítima, ameaças de natureza física ou moral em que os alvos sejam (alunos x alunos, alunos x professores, pais x professores, funcionários etc.), pois sua responsabilidade é objetiva nos termos do artigo 927 do Código Civil, logo, precisa tomar as decisões certas para limitar sua responsabilidade.

No mundo globalizado e cibernético que vivemos a prevenção é ainda a melhor forma de combater o cyberbullying. Líderes escolares devem saber como tratar essas questões de forma adequada, devem saber como agir para proteger-se do cyberbullying, precisam estar munidos de informações, procedimentos legais e de políticas educacionais preventivas e eficazes. Portanto, é imprescindível promover políticas antibullying nas escolas que abarcam alunos, professores, pais e demais funcionários, disseminando informações específicas, treinamentos tecnológicos e alertas comportamentais, além de estabelecer sanções disciplinares claras para o cyberbullying. •



Giane Marize Barroso

Advogada do SLM Advogados
Graduada em direito pela
Universidade Nove de Julho
- Uninove (2007 a 2012). Pós-
graduada em Direito Tributário
pela Universidade Nove de

Julho - Uninove (2013). Pós-graduada em Direito
Previdenciário - Seguridade Social pela Faculdade
Legale (2014 a 2015). cursando pós-graduação em
Direito Processual pela Universidade Católica de
Minas Gerais - Puc Minas Virtual- Educação a Distância
(2015 a 2017). Atuação nas áreas tributária, cível,
previdenciária, responsabilidade cível, consumidor e
trabalhista.

No mundo globalizado e cibernético que vivemos a prevenção é ainda a melhor forma de combater o cyberbullying



Formação hoje.



Transformação sempre.

O **Escola Voluntária** se transformou e assumiu um compromisso ainda maior: conviver e colaborar com o dia a dia de quem realmente faz a diferença. Agora, em cada projeto, desde a criação até a implementação, participantes e o Escola Voluntária estarão na mesma página, construindo a mesma história, lado a lado.

Isso quer dizer que ao longo deste ano vamos formar pessoas e amplificar suas ideias, para voltar a premiar em 2016.

Assim, transformamos mais. Assim, transformamos melhor.

Acesse escolavoluntaria.com.br
Curta [facebook.com/EscolaVoluntaria](https://www.facebook.com/EscolaVoluntaria)
Para mais informações ligue **0800 770 1155**



14^o
*Escola
Voluntária*

Realização:





BRASILEIRO NÃO É

Há muitos anos, aconteceu eu estar com minha filha de 10 anos, em uma maternidade, em São Paulo, para visitar sua tia. De mãos dadas, íamos pelos corredores à procura do quarto.

Sem quê, nem porquê, apertou minha mão, puxando meu rosto até os seus lábios e segredou, como quando ninguém pode saber:

— Pai, eu já sei ver quem é médico e quem é enfermeiro.

— Como assim, minha filha? De onde você tirou isso?

Ao notar que em nossa direção vinham dois homens vestidos de branco, apertou-me a mão e me puxou até ela:

— Olhe estes dois, o de lá é o médico, e o de cá é o enfermeiro.

— Depois conversamos. Agora, fique quieta.

Os dois passaram por nós e, para mim, o pior já havia acontecido: ela havia acertado.

Discriminação, preconceito, prejuízo, bullying, arrogância, crime, delito, sabotagem, dano, falta de educação, lesão moral, delinquência, deturpação, xingamento, zombaria, escárnio, chacota, selvageria. Tais palavras poderiam ser quase sinônimas ou estarem envolvidas

em um ato racista, ora como causa ora como consequência.

Todavia, as palavras da filha, levantaram-me dúvidas inumanas: Por que havia surgido aquele pensamento, se não racista, pelo menos discriminatório, em um cérebro de 10 anos? Como assim se, lá em casa, sempre vivemos um clima de respeito para com qualquer diversidade?

— Eu já não lhe disse que não há diferença entre pessoas e que todos nós somos iguais? Um é tão importante quanto o outro.

— Eu não vejo nada disto e não concordo, mas se você acha...

Para a minha paz entramos no quarto e o assunto foi adiado, pelo menos até o final deste texto.

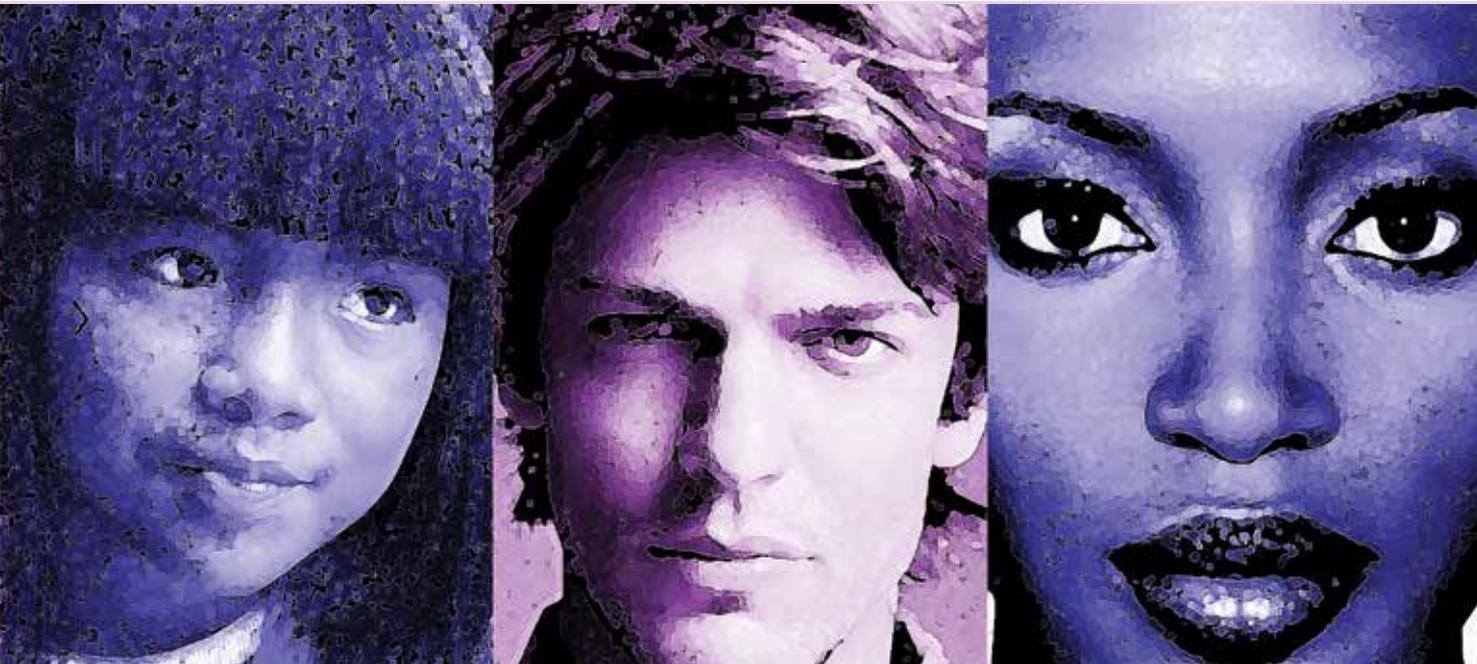
No Brasil, e no mundo, “racismo” é uma questão sempre em debate e a mídia se aproveita dela para “deitar e rolar”. Notícias sobre atos de racismo dão visibilidade a quem delas participa ou a quem as noticia.

Ora, alguém atira uma banana ao campo, em direção a um jogador negro e este a come; ora, uma “inocente” jovem é filmada xingando um jogador de “macaco”; por sua vez, a artista Taís Araújo é vítima

de covardes, que lhe postaram violentos comentários; por fim, a apresentadora Xuxa se sente ofendida por ser chamada de “menino americano”, por conta do corte de cabelo.

Fatos lamentáveis, sintomas de uma sociedade adoecida, ações de pessoas poltronas. Ainda, tal pusilanidade não pode apressar o fim de um debate tão delicado ou sugerir que, nesta Pátria Varonil, os casos de racismo sejam raros e rarefeitos. Episódios isolados como estes, embora causem constrangimento geral, ficam somente por horas como “notícias importantes”. Ainda, por serem atos isolados e midiáticos, têm “data de validade” e por isso mesmo tornam-se estéreis. Levantam uma cortina de fumaça e escondem os graves problemas de racismo com os quais convivemos, disfarçadamente, dando-nos a enganosa impressão de que, no Brasil, não existe o racismo ou ele é homeopático.

Que o brasileiro não seja racista, tenho lá dúvidas e suspeitas. Convenhamos, convivemos com a selvageria própria de perseguição aos negros (e aos índios) durante 388 anos, tempo suficiente para internalizar nas vísceras desta Pátria Varonil dimensões que contaminam o inconsciente



RACISTA. VERDADE?

coletivo, admitindo um racismo, digamos, estrutural e institucionalizado, porém dissimulado.

Tais reflexões são importantes, posto necessitar-mos conhecer como estamos em relação às raças, para termos uma definição mais consistente a nosso respeito e colocarmos fim à “metáfora” de que brasileiro não é racista.

Aliás, é bom lembrar que, depois de Maurítânia, o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão, em um longo processo de mais de 38 anos. Em que pese alguns tímidos avanços, hoje, o Estado brasileiro vive não dando a importância devida ao 13 de maio de 1888.

Nada mais longe da verdade:

- No atual Congresso Nacional, (81 Senadores e 513 Deputados) menos de 8% dos parlamentares são negros, enquanto a população que se declara negra, no Brasil, chega a 51%, a nação de maior população negra fora do Continente Africano.

- Nos presídios femininos, duas entre três mulheres são negras. Nos masculinos, a porcentagem chega perto de 65% de negros.

- Morrem 153,4% mais negros do que brancos por homicídios no Brasil.

Os números do estudo Homicídios e Juventude no Brasil, do Mapa da Violência 2013, mostram a brutal desigualdade na violência no País. Com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, aponta que 71% das 49 mil vítimas de homicídios em 2011 eram negras – o que corresponde a 35 mil assassinatos.”

- Embora com tímidas melhoras, a pequena presença de estudantes negros no ensino superior é o resultado de diferentes gargalos, que vão da exclusão material, ocorrem pela baixa qualidade do ensino público e avizinham-se da auto exclusão. Dos três cursos mais concorridos na USP, segundo o ENAD, não há negros.

- Um dos maiores jornais da cidade de São Paulo apresenta as fotos de seus 118 colonistas; eu contei apenas um único negro.

- Dados oficiais dão conta de que o homem negro ganha bem menos do que o branco; na informalidade a mulher negra chega a ganhar 57% a menos das mulheres brancas.

As reflexões sobreditas tiveram início quando olhei em meu entorno profissional. Há 45 anos ministros um sem-número de cursos, palestras e seminários, em escolas,

universidades e congressos, grosso modo sobre Psicologia Educacional. Entristece-me a observação que faço desta realidade, a saber: eu só falo para brancos! Continuo: do alto dos meus 67 anos, nunca consultei um médico, engenheiro, um dentista, um advogado ou um arquiteto que fossem negros. A tal ponto isto é verdade que me pergunto angustiado: onde estão os negros deste país?

Bob Marley tinha razão. O racismo é a prova do quanto ainda somos primitivos.

— Sim minha filha, todas as pessoas são iguais e não deve haver distinção entre elas.

— Mentira, pai. Se todos fossemos iguais não se construiriam casas e apartamentos em que os quartos de empregada são mínimos, estão no pior lugar da casa e às vezes nem janela têm.

— ... •



Paulo Afonso Ronca
Doutor em Psicologia Educacional pela UNICAMP, diretor do Instituto Esplan e autor de 13 livros, entre eles de Senta e Pensa – Construindo os Limites na Infância.

BALANÇO E RECOMEÇO



Férias é aquele período em que quase todos param, para descansar

Férias, segundo a definição do Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, é “... certo número de dias consecutivos destinados ao descanso de funcionários, empregados, estudantes etc., após um período anual ou semestral de trabalho ou atividades.”

Então, é isso, férias é aquele período em que quase todos param, para descansar, repor as energias, fazer um balanço do que passou e começar tudo de novo.

Como dizia Guimarães Rosa, “O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.”

O mesmo deve acontecer com o nosso segmento. Nesse período as escolas fazem reformas, pintam seus prédios, inovam seu material e por aí vai.

É hora de, também, rever as posturas adotadas, seu pessoal e avaliar como anda a gestão empresarial e, principalmente, mudar conceitos, parâmetros e paradigmas.

Sempre me deparo com perguntas que me levam a algumas reflexões. Esta semana mesmo, me perguntaram se podia dispensar um empregado do trabalho por telegrama. Fiquei pensando: ninguém contrata ninguém por telegrama, além do

que o ambiente de uma escola é diferente de uma montadora de veículos que trabalha com linha de produção.

Outra situação é aquela em que durante anos os cartões de ponto do empregado são marcados sempre no mesmo horário, sem qualquer alteração de minuto. O chamado “horário britânico” que a Justiça do Trabalho abomina. Ora, como pode o empregado entrar e sair do trabalho, observando sempre os mesmos minutos de todos os dias?

E até em relação às férias, se pode conceder férias para o empregado que exerce sua atividade docente num período e esse mesmo empregado trabalhar no período em que exerce atividade administrativa. Nesse caso, ele descansaria somente num dos períodos, descaracterizando por completo a natureza jurídica do instituto das férias, que é o descanso merecido do empregado depois de 1 ano de trabalho.

Enfim, são situações que aos olhos de um operador do direito mais experiente vai ficar surpreso, mas são situações que acontecem, corriqueiramente, e não de maneira tão rara.

E por que num mundo tão globalizado ainda nos deparamos com situações assim? Será problema de gestão, ou outro?

Como se não bastassem essas situações, o assunto do momento é a “inclusão”. Como lidar com o Estatuto do Deficiente que entrará em vigor em janeiro próximo? E as questões relacionadas a *bullying*, *cyberbullying*, uso indevido de redes sociais, que trazem tantos malefícios aos próprios alunos envolvidos, além de indenizações vultosas para as escolas no trato de questões tão delicadas, polêmicas e difíceis de serem controladas?

Enfim, hora de fazer um balanço das situações, das atitudes e posturas adotadas, tanto de empregados quanto de empregadores, pois, no trabalho realizado em conjunto, deve haver troca, responsabilidade e comprometimento. ●



Josiane Siqueira Mendes
Advogada do SIEEESP

TECNOLOGIA HP PAGE WIDE

As impressoras HP Officejet Enterprise Color fornecem confiabilidade e soluções para empresas - até duas vezes mais velocidade e a metade do custo por página, além de suprimentos de alto rendimento.



HP X585



HP X551

Totalmente equipada com as funcionalidades HP LaserJet para empresas

- Segurança empresarial, disco rígido
- Gestão de frota de nível empresarial
- Firmware FutureSmart, suporte completo de soluções OXP
- Opções de impressão móvel para empresas
- Permanência, resistência à água e notável qualidade de impressão
- Tela touch screen HP Easy Select a cores
- Funcionalidades de fluxo de trabalho avançadas
- Imprimir ao dobro da velocidade das impressoras laser
- Consome muito menos energia - sem fusor

Soluções completas em MPS e BPO de Documentos



VENDAS | OUTSOURCING | FINANCIAMENTO | LEASING



Agende já uma reunião conosco:

Tel: 55 11 3388-7501 / 95780-8491
equipa@equipa.com.br

Use o leitor de QR Code do celular e saiba mais. Acesse nosso site outsourcing.equipa.com.br



A escola frente as várias configurações de família



Outro dia, numa conversa com jovens, veio a tona o tema das configurações familiares. Tudo começou porque um deles comentou que a filha de uma vizinha, de cinco anos, contou em casa que um de seus coleguinhos tinha dois pais. Imediatamente, um dos presentes fez o seguinte comentário:

– Deve ser muito ruim ser filho de um casal gay! Comigo, que sou filho de pais heterossexuais, mas que não se casaram e nem moraram juntos, já foi complicado de lidar com o preconceito e a ignorância das pessoas.

Esse é o ponto: o preconceito. Ainda há pessoas com grande dificuldade em aceitar as novas configurações familiares, como se com isso pudessem eliminar da sociedade o que é diferente do tradicional e socialmente aceito por eles. Mas o caminho não é esse.

Segundo dados do último censo do IBGE, de 2010, já são mais de 60 mil os casais gays que moram juntos. Porém, as relações homo-afetivas são apenas mais um exemplo dos novos arranjos familiares no Brasil. O modelo de casal heterossexual com seus próprios filhos deixou de ser dominante no país. Esse levantamento demográfico identificou 19 tipos de laços de parentesco, indicando que os outros

tipos de arranjos familiares estão em 50,1% dos lares, entre eles: casais sem filhos, pessoas morando sozinhas, três gerações sob o mesmo teto, casais gays, mães ou pais sozinhos com filhos, amigos morando juntos, netos com avós, irmãos e irmãs, e ainda a nova e famosa família “mosaico”, composta por pais divorciados que voltam a se casar e vivem com os filhos do antigo casamento na mesma casa. Dados como esse mostram como o conceito de família hoje é muito abrangente. Ficar discutindo com base em conceitos antigos não é apenas improdutivo, é um retrocesso.

O papel da escola nessa discussão?

A escola pode ajudar muito os alunos e pais a lidar com a diversidade das relações familiares e, principalmente, dar apoio para famílias com uma conformação diferente. Para isso, é fundamental que professores e funcionários estejam convencidos de que todas as relações amorosas são válidas e que qualquer criança quando é amada e cuidada pode ser feliz e saudável, independentemente do tipo de arranjo familiar que ela tenha.

Reações de rejeição e preconceito em virtude de um arranjo familiar pouco convencional pode causar isolamento social,

revolta, agressividade e desatenção no aluno. Esses comportamentos dificultam a concentração e a aprendizagem e podem ser considerados um aviso para o professor intervir junto à turma, ou mesmo orientar os pais a buscar apoio especializado.

Sugestões para lidar com os vários modelos de família

Para lidar com esse tema com os pais e alunos é preciso que professores e funcionários saibam como tratar a questão. É



possível lançar um desafio pedagógico em que os diferentes tipos de família conhecidos pelos professores e funcionários sejam listados e solicitar que eles expliquem, em termos de configuração e modo de agir, o que há de diferente no comportamento dessa família. Essa é uma boa forma de desmistificar os tabus e mostrar que, se bem estruturado, qualquer um dos arranjos familiares apresentados pode contribuir para o desenvolvimento da criança ou jovem. Essa atividade também pode ser

proposta para os alunos adolescentes, focando na apresentação das pesquisas realizadas e na valorização do que identificam como importante na convivência em casa, deixando claro que o apoio da família pode existir independentemente da forma como elas se configuram.

Para o trabalho com os familiares, sugiro que, após esse desafio com os professores, a escola faça uma palestra, sobre os novos arranjos familiares, com uma roda de conversa sobre o assunto, aproveitando, se o clima da conversa for de respeito à diversidade, para mostrar os tipos de família que existem na escola. O Instituto Kaplan, tem uma excelente opção de palestra interativa, nesse sentido, que se chama: *Que família é essa?* Informações no site kaplan.org.br.

Já com os alunos pequenos, a melhor maneira é apresentar o assunto de forma natural e sem muitos detalhes. A criança consegue compreender que ele tem um pai e uma mãe, seu amigo tem dois pais, sua amiga duas mães, o outro coleguinha é criado pela vó, lidando facilmente com outras formas de família além da que ela participa.

Muitas escolas já incluem o tema “família” dentro de suas grades curriculares. Nesse caso, é só buscar uma forma

dinâmica de conversar com os alunos: colagem de fotografias ou desenhos dos familiares para montar a árvore da família, além de outras formas de expressão em que as famílias sejam apresentadas e os alunos possam mostrar o que mais gostam na convivência familiar.

Gostei muito de um caso que encontrei na internet, em que a escola sugeriu a um aluno filho de pais gays que ele convidasse amiguinhos para frequentarem sua casa com o intuito de notarem que não existia diferença, a não ser o fato de que seus pais eram do mesmo sexo. Para isso, a escola teve o cuidado de indicar uma família mais flexível e que lidava de forma aberta com o assunto. A conclusão da coordenadora pedagógica que trouxe a proposta foi de que, apesar de não ser uma proposta fácil, pode ser trabalhada com sucesso.

É hora da escola abrir o seu espaço para lidar com a diversidade familiar! •



Maria Helena Vilela
Educadora sexual e diretora do
Instituto Kaplan.
kaplan.com.br



Superando Desafios

Gestão para resultados e oportunidades de crescimento

A crise econômica que o Brasil está enfrentando é um fato em todos os setores e, diante dela, a estratégia mais eficaz é nos reinventar, buscar novas soluções para enfrentar as atribuições. Neste sentido, muitos especialistas têm afirmado continuamente que as capacitações são o melhor meio de se destacar no mercado.

Os gestores educacionais sabem que é necessário sair da zona de conforto e se adaptar ao momento, repensando todos os processos administrativos e pedagógicos, com criatividade e inovação.

Diante disso, o GEDuc 2016 é uma ótima oportunidade para que os executivos de todos os segmentos da educação possam aperfeiçoar seus conhecimentos, explorar novas visões de mercado e criar conexões com outros gestores de diversas instituições de ensino de todo o Brasil, ampliando seus horizontes e expandindo suas redes de contatos.

Por meio de uma rica programação, o evento, que será realizado de 30 de março a 1º de abril de 2016, no Hotel Maksoud Plaza, São Paulo – SP, leva aos participantes modernas práticas gerenciais e tendências de mercado, com uma abordagem inovadora de temas de extrema relevância, não só para a melhoria do ensino, mas para a eficácia da gestão das instituições.

Todas as edições anteriores superaram as expectativas dos participantes e o evento de 2016 não será diferente. A programação da 14ª edição do principal Congresso de Gestão Educacional do país leva o mote “Superando Desafios – Gestão para resultados e oportunidades de crescimento” e promete contribuir para minimizar os impactos da crise econômica nas organizações educacionais, tendo como premissa a qualidade teórica e a aplicabilidade para a realidade da educação brasileira atual.

O congresso é conhecido por contemplar diversas atividades simultâneas, direcionadas a assuntos específicos, indispensáveis aos gestores educacionais que

acreditam que ter uma visão geral e ampla do negócio é fundamental para se gerir uma instituição de ensino. Os gestores podem participar do evento como um todo ou escolher qual conteúdo se adequa mais à sua necessidade, dentre eles o XIV Congresso Brasileiro de Gestão Educacional, o II Fórum de Empregabilidade e Empreendedorismo do Aluno, o Executive Exchange, o I Fórum de Líderes Educacionais, o I Fórum de Criação de Valor & Risk Management, o IX Fórum de Gestão de Pessoas, o V Fórum de Inovação Acadêmica e a XII Jornada de Marketing Educacional.

O XIV Congresso Brasileiro de Gestão Educacional dará início às atividades no dia 30/03 e contará com a ilustre presença do filósofo, escritor e educador Mario Sérgio Cortella, com a palestra “Da oportunidade ao êxito”, que abordará a necessidade de não se ficar acomodado em um momento de mudanças necessárias.

No dia seguinte, 31 de março, serão realizados diversos blocos temáticos. Presente pela segunda vez na programação do evento, o II Fórum de Empregabilidade e Empreendedorismo do Aluno contará, dentre outros tópicos, com o Painel: “Como as escolas e as universidades podem atender as expectativas dos jovens e a nova demanda do mercado com relação ao empreendedorismo?”. Neste mesmo dia, serão apresentados os eixos Executive Exchange, que abordará as cinco melhores práticas e recomendações internacionais para a implantação bem sucedida de programas em EAD, o I Fórum de Líderes Educacionais, uma oportunidade impar para interagir com os grandes líderes da educação conhecendo os seus maiores desafios e superações na gestão de suas atividades, e o I Fórum de Criação de Valor & Risk Management, com o Painel: Como profissionalizar a gestão com estruturas que comprovadamente trazem resultados e reduzem os custos operacionais e os riscos?

Um dos pontos altos do segundo dia do congresso será o IX Fórum de Gestão de Pessoas, presidido por Fábio Lacerda, diretor de Recursos Humanos da Kroton e que contará com um interessante painel intitulado “O sonho e a realidade de um novo paradigma na gestão de pessoas – rompendo com os padrões mentais”, conduzido por Diego Torres Martins, Fundador e Presidente da Acesso, empresa de tecnologia de gestão de processos e documentos, que atualmente é considerada a melhor empresa da América Latina para se trabalhar, de acordo com o GPTW, e está há quatro anos no ranking das que mais crescem no país, de acordo com o Deloitte.

No último dia de evento, 1º de abril, os eixos apresentados serão o V Fórum de Inovação Acadêmica, que apresentará as cinco grandes tendências em tecnologia que vão transformar a educação, e a XII Jornada de Marketing Educacional, que terá como um dos destaques a palestra “Como a transformação digital pode mudar o relacionamento entre as Instituições de Ensino e seus alunos”.

Os participantes terão também a oportunidade de visitar a XIV Exposição de Produtos e Serviços Educacionais do GEDuc e conhecer diversas empresas especializadas em oferecer as melhores soluções para instituições de ensino.

O SIEEESP apoia este congresso, e contará com um local exclusivo no evento, o Atelier do Saber em Gestão, para receber os gestores das escolas, oferecendo um espaço interativo para troca de conhecimentos e networking. Além disso, seus associados possuem 10% de desconto na inscrição! Para isso, basta inserir o código “SIEEESP-ESP” na ficha de inscrição.

Não fique de fora desse evento de suma importância para alcançar melhores resultados para a sua instituição! Conheça a programação completa e inscreva-se no site www.humus.com.br/geduc. •

GEDuc - Congresso Brasileiro de Gestão Educacional

- Data: 30, 31/03 e 01/04/16
- Local: Hotel Maksoud Plaza - Alameda Campinas, 150 - Bela Vista - São Paulo - SP
- Organização: HUMUS

PROTEGER OS ALUNOS É DEVER DE TODO DIRETOR

PROMOÇÃO
R\$ 2,49
NOVA SEDE EM SP
SOLUÇÃO COMPLETA

Futuro
Escolar

envio de sms de aviso aos pais

Filhos **protegidos**,
Pais **tranquilos**

Avisos em Tempo Real!
Não é necessário ter internet.
Todos os avisos por SMS!

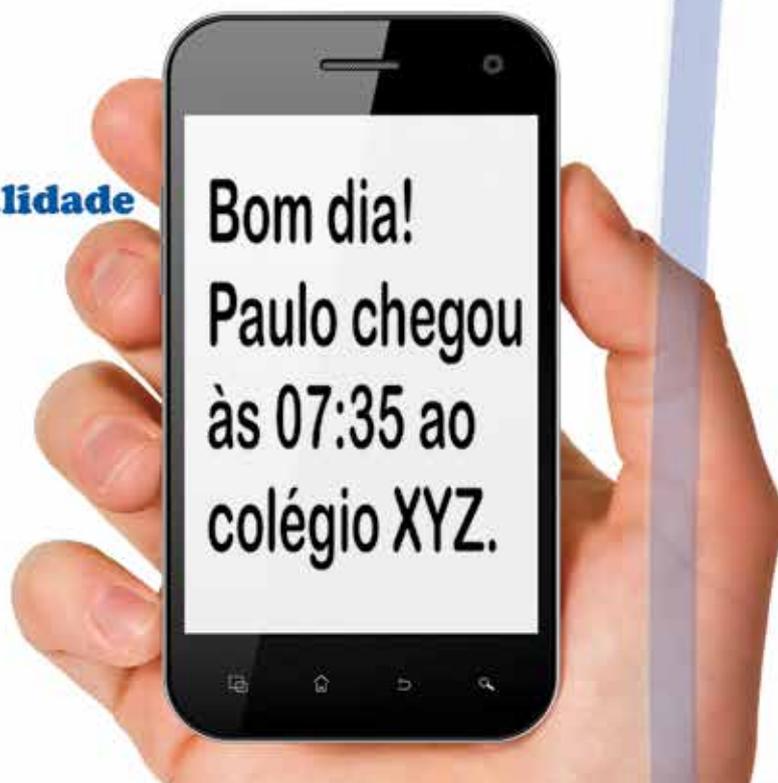
Instalação e Equipamentos Gratuitos!

**O aluno ao passar pela catraca,
seu responsável receberá
um SMS em tempo real.**

**Carteirinhas gratuitas de alta qualidade
para todos seus alunos,
colaboradores e visitantes.**

**Além de garantir a segurança
de seus alunos e de sua escola,
combata a evasão escolar.**

**Sucesso em mais
de 80 Colégios!!!**



(11) 3090-3786 / 0800-878-4093
WWW.FUTUROESCOLAR.COM.BR

DAY CAMP ESCOLAR
Começando a conhecer os animais de uma fazenda.



 +
  +
  +
  = R\$ 128,00

Consulte sobre parcelamento.
 Confira toda programação no site
www.belavistaibiuana.com
 15 99609-1853 (Ilda)
 15 99787-1273 (João)

Bela Vista
Bela Vista do Sul



CHIADI
ADVOCACIA

ESPECIALIZADA NA ÁREA EDUCACIONAL

(14) 3624-3592 | (14) 3416-6667
 contato@chiadiadvocacia.com.br
 Jaú/SP e Região

MUDE EM 2016



SEGURANÇA
para a sua Escola
seus Bens e sua Família.

Instituto Nacir Sales
Adequação Empresarial

www.adequacao.com.br
11 4688-2742

MARK@UNIFORMES 10 Anos

UNIFORMES PERSONALIZADOS

- ESCOLARES
- PROFISSIONAIS
- ESPORTIVOS

Sede Própria

Mark@Uniformes
Bom dia Informático

Contato: (11) 2010-7369 / 2015-1243
www.markuniformes.com.br - mark@markuniformes.com.br

ESCOLA PARTICULAR

ENSINO SUPERIOR
Exposições e Vozes

ANUNCIE NA REVISTA
 (11) 5583-5500
comercial@sieesp.com.br

AGENDA DE OBRIGAÇÕES • FEVEREIRO DE 2016 •

- 05/02/2016 SALÁRIOS - ref. 01/2016
FGTS - ref. 01/2016
CAGED - ref. 01/2016
E-Social (Doméstica) - ref. 01/2016
- 08/02/2016 ISS (Capital) - ref. 01/2016
- 11/02/2016 EFD - Contribuições - ref. 12/2015
- 19/02/2016 INSS (Empresa) - ref. 01/2016
PIS - Folha de Pagamentos - ref. 01/2016
SIMPLES NACIONAL - ref. 01/2016

- 22/02/2016 COFINS - Faturamento - ref. 01/2016
PIS - Faturamento - ref. 01/2016
- 29/02/2016 IRPJ - (Mensal) - ref. 01/2016
CSLL - (Mensal) - ref. 01/2016

Dados fornecidos pela HELP - Administração e Contabilidade
helpescola@helpescola.com.br
 (11) 3399-5546 / 3399-4385

83 ANOS A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO



sieesp

Sindicato dos Estabelecimentos
de Ensino no Estado de São Paulo

UMA ESCOLA É FEITA DE
NÚMEROS, PALAVRAS,
DÚVIDAS, DESCOBERTAS
E DE MUITAS **DECISÕES.**

A chave para um ensino de qualidade passa pela escolha certa do parceiro de ensino. O Sistema Etapa alia 25 anos de sólidos resultados aos 45 anos de sucesso do Grupo Etapa para oferecer à sua instituição um olhar moderno sobre a educação e a oportunidade de ser referência.

Em 2016, escolha ser referência.
Seja parceiro do Sistema Etapa.

**DADOS DO MEC
DE 5 DE AGOSTO DE 2015**

Resultado do Colégio Etapa,
escola sede do Sistema Etapa

Na comparação entre os 30 melhores alunos
de cada escola com índice de permanência
superior a 80% (segundo critérios do MEC):

MÉDIA DAS
5 PROVAS* **820,65**



no Estado
de São Paulo



no Brasil

*Ciências Naturais, Ciências Humanas, Linguagem,
Matemática e Redação.

VAMOS CONVERSAR?

sistemaetapa.com.br/agende

ou ligue 0800 727 8080



Forte no ensino. Sólido nos valores. Único nos resultados.



CURSOS DE FEVEREIRO

CÓD.	DATA	TURNO	CURSO	PALESTRANTE
			EAD - FORMAÇÃO EM SECRETARIA ESCOLAR (curso totalmente online) INSCRIÇÕES => www.attamidia.com.br/ead-secretaria.php	CLAUDIA MARIA DE OLIVERA
4751	3	N	MAQUIAGEM ARTÍSTICA COMO RECURSO PEDAGÓGICO COM ENFASE PARA O CARNAVAL. APRENDENDO A APLICAR A MAQUIAGEM ARTÍSTICA.	NEUSA CASTRO
4752	15 e 16	M	TORNE SUA ESCOLA MAIS PRODUTIVA OTIMIZANDO OS PROCESSOS DE TRABALHO	LUZ HENRIQUE CASARETTI
4753	16	N	CONHECENDO, CRIANDO UM PORTFÓLIO E ATIVIDADES PARA SALA DE AULA COM PAPÉIS	NEUSA CASTRO
4754	17 e 19	N	EDUCAÇÃO INCLUSIVA: "SABERES E PRÁTICAS DA INCLUSÃO"	CECILIA DE CAMPOS GOES
4755	18	T	DISCIPLINA RESTAURATIVA E MEDIAÇÃO ESCOLAR	SUELY COSTA
4756	18	N	JOGOS NA ALFABETIZAÇÃO INICIAL	ARIANA COELHO RODRIGUES ROCHA
4757	20 SÁBADO	M	HISTÓRIAS SAINDO DO FORNO	CHRISTYANNE G. PAES DE BUENO
4758	23	M	APRESENTAÇÃO PESSOAL - A IMPORTÂNCIA DAS ATITUDES, POSTURA E IMAGEM	LUZ HENRIQUE CASARETTI
4759	23	N	OFICINA DE MATEMÁTICA: A CONSTRUÇÃO DE JOGOS E HISTÓRIAS QUE ESTIMULAM O RACIOCÍNIO LÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	RENATA AGUILAR
4760	24	N	STORYTELLING, UMA EFICAZ FERRAMENTA DE GESTÃO	CHRISTYANNE G. PAES DE BUENO
4761	25	T	EDUCAÇÃO SISTÊMICA: CONTRIBUIÇÕES PARA APRENDIZAGEM E AJUDA NA RELAÇÃO ESCOLAR - FAMÍLIA	FÁTIMA MAJOR
4762	25	N	NÃO É MÁGICA. É COACHING!	SUELY COSTA
4763	26	M	DIMINUINDO O ESTRESSE NA ESCOLA	DANI TONOLI
4764	26	N	CONSTRUINDO AMBIENTES PARA A APRENDIZAGEM DOS BEBÊS	JONATHAS CESAR MULLER
4765	29	N	MOVIMENTOS E AS BRINCADEIRAS CANTADAS	JONATHAS CESAR MULLER

Tabela de cursos sujeita a alterações. Para consultar a lista atualizada, acesse o nosso site: www.sieeesp.org.br

Para o curso ser confirmado necessitamos no mínimo de 15 pessoas inscritas. A confirmação dos cursos será com 2 dias de antecedência

M= manhã(8h às 12h)/ T = tarde (13h30 às 17h30)/ N = noite (18h às 22h)

LOCAL DO SIEEESP - Avenida das Carinas, 525 - MOEMA

Informações e inscrições: (11) 5583-5555 ou 5583-5500

Mantenedor

Iniciamos o ano de 2016 na esperança de dias melhores. Apesar dos percalços político, institucional e econômico, estamos com o ânimo redobrado em busca de melhores dias para a escola particular. O SIEEESP, entidade com 83 anos de existência, estará sempre ao seu lado, colaborando para o engrandecimento do ensino do país.

Feliz Ano Novo



Josias Alves Muniz Junior
Professor
Pirapora, Minas Gerais

**MAIS DO QUE UM MUNDO
MELHOR PARA NOSSAS CRIANÇAS,
QUEREMOS CRIANÇAS
MELHORES PARA O MUNDO.**

Thydeez

A educação tem o poder de transformar a realidade. É isso que estudantes de Pirapora, Minas Gerais, estão descobrindo com o Projeto Terra: Vida que Pulsa. Desenvolvido há 14 anos pelo Colégio Santíssimo Sacramento, conveniado ao Sistema Positivo de Ensino, o projeto promove a reciclagem e o uso racional da água, por meio de projetos e ações desenvolvidas no dia a dia da escola, além de colaborar com o trabalho de uma cooperativa local de catadores. Dessa forma, mais do que aprender sobre sustentabilidade e geração de renda, os alunos descobrem que atitudes positivas podem mudar o mundo.

somospositivo.com.br
facebook.com/editorapositivo
twitter.com/editorapositivo
youtube.com/editorapositivo

SISTEMA POSITIVO DE ENSINO.
ACREDITE NO PODER DA EDUCAÇÃO.

 **SISTEMA DE ENSINO
POSITIVO**



Seu Reconhecimento nos motiva a buscar a Excelência

Faça como centenas de Instituições de Ensino, seja cliente
Meira Fernandes, empresa TOP Educação 2015

Finanças | Contábil | Fiscal | Pessoal | Legal | 3º Setor | Tributário
Agende agora mesmo uma visita e surpreenda-se!

11 3513-5000 www.meirafernandes.com.br